

# VI SEB

Seminário de Educação Brasileira

“Cenário econômico e político mundial  
e tensões contemporâneas na educação”



## CADERNO DE PROGRAMAÇÃO E RESUMOS

10, 11 e 12 de dezembro de 2018

Centro de Convenções  
Faculdade de Educação  
Unicamp - Campinas

[www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)

Realização:



Apoio:



PRPG

PRP  
unicamp

FAEPEX

CNPq  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPESP



SIMCAQ

SANASA  
CAMPINAS



# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA - CEDES

## “CENÁRIO ECONÔMICO E POLÍTICO MUNDIAL E TENSÕES CONTEMPORÂNEAS NA EDUCAÇÃO”

### Caderno de Programação e Resumos

Dias 10, 11 e 12 de dezembro de 2018  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Realização



Centro de Estudos Educação e Sociedade

Apoio



Comissão Organizadora

Secretária Executiva

**Pedro L. Goergen (Coordenador) – UNICAMP**

**Nadia Pedrotti Drabach**

**Ivany Pino – UNICAMP**

**Sergio Stoco – UNIFESP**

**Theresa Adrião – UNICAMP**

**Valdemar Sguissardi – UFSCar**

Criação e Layout (Arte)

Realização:

**Gustavo Torrezan**

**CEDES**

Seminário de Educação Brasileira,

(5. : 2018 : Campinas, SP).

Caderno de programação e resumos do [...] / VI Seminário de Educação Brasileira – Cenário econômico e político mundial e tensões contemporâneas na educação; 10 a 12 de dezembro de 2018; Pedro L. Goergen (coordenador); organizadores: Luana Costa Almeida ...[et al.]. –

Campinas, SP: CEDES, 2018.

**Dezembro - 2018**

**Diretoria do CEDES**

Presidente: Sergio Stoco – UNIFESP

Vice-Presidente: Guilherme Arduini – IFSP

Primeiro Secretário: Maria Aparecida Guedes Monção – UNICAMP

Segunda Secretária: Nadia Pedroti Drabach – Doutoranda UNICAMP

Primeiro Tesoureiro: Sandra Fernandes Leite – UNICAMP

Segunda Tesoureira: Teise Garcia – USP

**Conselho Técnico Científico (Membro Titular)**

Carmen Sylvia Vidigal Moraes – USP

**Conselho Técnico Científico (Membros Suplentes)**

Antonio Álvaro Soares Zuin – UFSCAR

Celso João Ferretti – CEDES

### **Comissão Organizadora**

Pedro L. Goergen – UNICAMP (Coordenador)  
Ivany Pino – UNICAMP  
Sergio Stoco – UNIFESP  
Theresa Adrião – UNICAMP  
Valdemar Sguissardi – UFSCar

### **Comissão Científica**

Teise Guaranha Garcia – USP (Coordenador)  
André Luiz Paulilo – UNICAMP (Coordenador)  
Kimi Tomizaki – USP  
Mônica Kassar – UFSM  
Eduardo Donizete Giroto – USP  
Sabrina Moehlecke – UFRJ  
Claudia Vianna – USP  
Selma Venco – UNICAMP  
Carmen S. V Moraes – USP  
Lucília Lino de Paula – UERJ/ANFOPE  
Sandra Zakia – USP  
Carolina de Roig Catini – UNICAMP  
Raquel Borghi – UNESP-RC  
Denise Carrera – Ação Educativa  
Ântonio Álvaro Soares Zuin – UFSCAR  
Bianca Correa – USP  
Maria Silvia P.M. Librandi da Rocha – PUCCAMP  
Guilherme Arduini – IFSP  
Valdemar Sguissardi – UNIMEP

### **Observadores Acadêmicos**

Fernando Luiz Cássio Silva – UFABC  
Maria Vieira Silva – UFU

### **Secretária Executiva**

Nadia Pedrotti Drabach – Doutoranda UNICAMP

### **Pareceristas Ad Hoc**

Alicia Maria Catalano Bonamino-PUC-RJ  
Ana Ivenicki-UFRJ  
André Rodrigues Guimarães -UNIFAP  
Angela Maria Martins- UNCID  
Bianca Cristina Correa- USP  
Carmen L. V Moraes-USP  
Carolina de Roig Catini- UNICAMP  
Cassia Alessandra Domiciano-UFMT  
César Romero Vieira-UNIMEP  
Claudia Pereira Vianna- USP  
Claudia Valentina Assumpção Galian- USP  
Cristiane Machado- UNICAMP  
Daniel Abud Seabra Matos-UFOP  
Débora Barreiros-UERJ

Débora Cristina Fonseca-UNESP/RC  
Débora Cristina Goulart-UNIFESP  
Eduardo Giroto-USP  
Elvira Cristina Martins Tassoni- PUC/Campinas  
Jussara Cristina Barboza Tortella- PUC/Campinas  
Fabiana de Cássia Rodrigues -UNICAMP  
Fábio Perboni- FAED/UFGD  
Fabiola Bouth Grello Kato-UFPA  
Gladys Beatriz Barreyro USP  
Guilherme Arduini-IFSP/Hortolândia  
Jaqueline dos Santos Oliveira – UNESP/RC  
Joyce Mary Adam- UNESP/RC  
Lucília Augusta Lino-UERJ  
Luiz Carlos Santana - UNESP/RC  
Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel- Unilasalle-RJ  
Márcia Jacomini- UNIFESP  
Maria Bernadete Sarti-UNESP/RC  
Maria Carla Corrochano-UFSCAR  
Maria da Conceição Calmon Arruda -Fundação Oswaldo Cruz  
Maria da Graça Setton.-USP  
Mário Luiz Neves de Azevedo-UEM  
Nelson Gimenes- FUNDECITRUS  
Raquel Fontes Borghi -UNESP/RC  
Sabrina Mochecke- -UFRJ  
Selma Venco-UNICAMP  
Tânia Martins Barbosa-UFSCAR  
Valéria Virginia Lopes-Fundação Carlos Chagas  
Walkiria de Oliveira Rigolon  
Zara Figueiredo Tripodi-UFOP

#### **Equipe de Produção Editorial**

Luana Costa Almeida – UNIVÁS (Coordenador)  
Adriana Lia Friszman de Laplane – FCM/UNICAMP  
Alexandro Henrique Paixão – FE/UNICAMP

#### **Criação e Layout (Arte):**

Gustavo Torrezan

#### **Equipe de Apoio**

Andrey Mori – Estudante de graduação – UNICAMP/GREPPE  
Cássia Domiciano – UFR/GREPPE  
Luciana Pereira – Doutoranda UNICAMP/GREPPE  
Maria Lúcia Ceccon – UNICAMP/GREPPE  
Maria Aparecida Guedes Monção – UNICAMP - CEDES  
Pedro Henrique Bordinhon de Castro – Estudante de graduação UNICAMP/GREPPE  
Sandra Leite – UNICAMP/CEDES  
Thais Marin – Doutoranda UNICAMP  
Viviane Silva – Doutoranda UNICAMP

**Apoio Técnico**

Suzana Orsim – CEDES

Nilda Aparecida Silva – CEDES

Danilo Kano - Estudante de graduação UNICAMP/GREPPE

**Cerimonial de Abertura**

Thais Marin – UNICAMP/GREPPE

## *SUMÁRIO*

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>PROGRAMAÇÃO GERAL</b>	<b>13</b>
<b>CRONOGRAMA</b>	<b>14</b>
<b>CADERNO DE RESUMOS - COMUNICAÇÕES</b>	<b>25</b>
<b>EIXO - DIREITO À EDUCAÇÃO E OS LIMITES À SUA GARANTIA</b>	<b>26</b>
<b>EIXO - DIREITO À EDUCAÇÃO E DIREITO À APRENDIZAGEM</b>	<b>27</b>
<b>EIXO - POLÍTICAS PÚBLICAS: UNIVERSAIS E FOCALIZADAS</b>	<b>28</b>
<b>EIXO - EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES</b>	<b>33</b>
<b>EIXO - EDUCAÇÃO RURAL, EDUCAÇÃO DE ADULTOS, GÊNERO E ETNIA     COMO NOVAS FORMAS DE INCLUSÃO / EXCLUSÃO</b>	<b>34</b>
<b>EIXO - TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E SUAS     CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO</b>	<b>35</b>
<b>EIXO - EDUCAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO HUMANA E A PREPARAÇÃO     PARA O MERCADO</b>	<b>36</b>
<b>EIXO - HUMANIZAÇÃO E MERCADORIZAÇÃO: TENSÕES NA     ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA     EDUCAÇÃO</b>	<b>40</b>
<b>EIXO - EDUCAÇÃO, AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E CONTROLE</b>	<b>42</b>
<b>EIXO - MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO</b>	<b>44</b>
<b>EIXO - O PÚBLICO E O PRIVADO NA RELAÇÃO ESTADO E EDUCAÇÃO</b>	<b>45</b>
<b>EIXO - EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>	<b>50</b>
<b>EIXO - EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>51</b>
<b>EIXO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL</b>	<b>53</b>
<b>EIXO - ENSINO MÉDIO TÉCNICO PROFISSIONAL</b>	<b>54</b>
<b>EIXO - EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>	<b>57</b>
<b><i>ÍNDICE DE AUTORES - COMUNICAÇÕES</i></b>	<b><i>61</i></b>

## *APRESENTAÇÃO*

### **VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CEDES**

#### **“CENÁRIO ECONÔMICO E POLÍTICO MUNDIAL E TENSÕES CONTEMPORÂNEAS NA EDUCAÇÃO”**

O Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) foi criado em 1979 a partir da mobilização de educadores em torno do debate sobre as relações entre educação e sociedade. Tal iniciativa resultou do I Seminário de Educação Brasileira-SEB, realizado no ano anterior na Universidade Estadual de Campinas. A este primeiro grande evento seguiram-se sucessivos Seminários de Educação Brasileira, visando sempre ao amplo debate sobre questões atuais e significativas da educação nacional.

Até a presente data, foi realizada uma série de cinco Seminários de Educação Brasileira (1978, 2009, 2011, 2013, 2015), interrompida entre 1980 a 2009, período em que o CEDES se envolveu, juntamente com a ANPEd, o ANDE e o CEDEC, na organização das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs). Decisão esta decorrente da premência em favor do fortalecimento do movimento nacional e coletivo em defesa da redemocratização e da construção de um novo projeto de política educacional para o país.

Retomados em 2009, os SEB, em suas diferentes edições, têm promovido o debate e a reflexão sobre temas relevantes do campo educacional envolvendo pesquisadores de diferentes instituições do país e do exterior, buscando sempre o aprofundamento teórico e a superação prática dos desafios enfrentados pela educação brasileira. Em sua última edição (2015), a temática abordada foi “Mudanças atuais na sociedade brasileira e o sistema nacional de educação: Qualidade da educação pública como direito”. Este tema se ancorou na materialização de um Sistema Nacional de Educação, no debate de diferentes perspectivas e movimentos em torno do papel do Estado e sua relação com as políticas públicas para a área.

Os produtos dos eventos foram publicados como artigos, decorrentes de trabalhos encomendados e apresentados, em diferentes números da Revista Educação & Sociedade e, a partir do V SEB, de Anais na forma de E-book.

O VI Seminário da Educação Brasileira (SEB) Cenário econômico e político mundial e tensões contemporâneas na educação, considerando o contexto mundial, terá como problemática central as alterações recentes na educação brasileira que consubstanciam um “novo” projeto educacional. Trata-se de analisar, à luz de diferentes recortes e abordagens, a natureza, as características e as implicações das políticas e programas introduzidos na educação, a partir de 2016. Atentar, qualificadamente, para esta problemática é o que se pretende neste VI SEB.

A ampla problematização do contexto sinaliza para a pressão dos agentes econômicos nacionais e internacionais que fortaleceu uma nova onda de conservadorismo neoliberal. Ao mesmo tempo foram desvelados impressionantes escândalos de corrupção em que, coordenadamente, setores estatais e privados juntaram forças para ampliar a privatização do Estado e a desconstrução do projeto público de nação e de uma sociedade mais igual e justa. Uma das estratégias deste projeto privatizante foi desacreditar a educação pública respaldada no preceito constitucional da concepção de educação como direito subjetivo e dever do Estado.

As questões da educação estão sendo tratadas com base no gerencialismo e orientadas pela lógica mercantilista que considera a educação mera mercadoria. Trata-se da implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, político e humano pautado nos princípios do ‘capital humano’, por sua vez referenciado no modelo capitalista neoliberal. Nestes termos, as reformas educacionais que foram e vêm sendo implantadas mostram que o modelo educacional brasileiro está sendo ajustado aos interesses e exigências da economia, neoliberal global, em prejuízo tanto da realidade nacional, com suas prerrogativas econômico-sociais, quanto dos princípios pedagógicos de formação humana.

No campo das políticas educacionais atualmente em curso, o que mais importa aos agentes do neoliberalismo é despolitizar e ajustar sistemicamente as pessoas conforme as supostas incontornáveis exigências da globalização, em flagrante desrespeito ao inequívoco dispositivo constitucional, segundo o qual, cabe à educação promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Em sentido oposto, o interesse do sistema consiste na autotransformação do sujeito em agente produtivo cuja autoestima não ultrapasse os limites da mais estrita subserviência aos interesses do capital. Nos termos das políticas públicas gerenciais, atualmente em curso, setores referentes aos direitos subjetivos como educação, saúde e segurança deixam de ser objeto de leis positivas para serem

expostos à precarização da responsabilidade individual. Os setores sociais, que vêm sendo destituídos de recursos recentemente alcançados, são novamente relegados ao seu próprio destino, responsabilizados por seu fracasso e privados de seus direitos. A educação pública, direito de todos e dever do Estado, é abandonada e, o quanto possível, privatizada, mercadorizada e financeirizada em nome da transformação da educação em novo e rentável setor da economia neoliberal.

Fazem parte desta estratégia: a promulgação da Emenda Constitucional 95, de 16 de dezembro de 2016, que congela por 20 anos os investimentos em políticas públicas inviabilizando a realização das metas do Plano Nacional de Educação, inclusive a destinação de 10% do PIB para a educação (não concretização do fundo resultante dos royalties do Pre-Sal); a lei 13.429, de 31 de março de 2017, da terceirização irrestrita; a lei 13.467, de 13 de julho de 2017, da reforma trabalhista (trabalho intermitente); a lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, da reforma do ensino médio; e a resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 que instituiu e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os procedimentos e as exigências técnicas, impostos pelo sistema econômico neoliberal mundial, transformam, ultrapassando, em nome da eficiência e do desenvolvimento econômico, o limiar de qualquer visão política, social e ética do sujeito e da sociedade. Perde-se, assim, a noção de bem público acessível a todos por direito; dissolve-se o conceito de cidadania; transforma-se a educação/formação em aprendizagem e treinamento; reduz-se a constituição própria do nacional e social, promovendo novas formações de integração dos indivíduos e grupos que passam a ser modelados, em todas as esferas, privadas e sociais, sem garantias de mobilidade social e direito à igualdade. Estas constatações representam um desafio inarredável de pensar a educação neste novo cenário.

#### Configuração do evento e programação

O desafio que temos pela frente é encontrar estrutura e formas teórico-práticas capazes de sustentar um projeto educacional participativo e democrático, que promova o desenvolvimento integral do estudante que legitime a liberdade da mente e dos corpos e que se consubstancie em um sistema justo e incluyente. Esse desafio traduz as principais questões do VI Seminário de Educação Brasileira.

O evento, dirigido a pesquisadores, estudantes e profissionais da educação e áreas afins, será realizado no Centro de Convenções e dependências da Faculdade de

Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no período de 10 a 12 de dezembro de 2018.

Mantendo a tradição das edições anteriores, o VI SEB possibilitará:

- 1- Promover o debate acadêmico entre pesquisadores e educadores;
- 2- Favorecer o intercâmbio entre pesquisadores de distintas áreas;
- 3- Submeter as produções científicas à análise qualificada por pares;
- 4- Qualificar educadores e gestores da educação básica;
- 5- Incentivar a formação científica de novos pesquisadores;

6- Divulgar os resultados do evento na Revista Educação & Sociedade, em E-Book e em Anais do VI SEB a serem disponibilizados no site do CEDES, conforme decisão do Comitê Editorial do evento.

#### Sistemática do Evento

O evento se concretiza mediante a participação dos inscritos nas conferências, simpósios e sessões de comunicação. Tais atividades serão desenvolvidas por pesquisadores nas respectivas temáticas sendo moderadas, na forma de problematizações, por interlocutores especializados.

Além disso, os interessados poderão submeter trabalhos relativos aos eixos temáticos específicos para avaliação ad hoc, os quais, se aprovados, serão apresentados na forma de comunicação oral em sessões temáticas coordenadas por pesquisadores integrantes do Comitê Científico.

## PROGRAMAÇÃO GERAL

Horário	10/12/2018	11/12/2018	12/12/2018
<b>9h-12h</b>	<p style="text-align: center;"><b>ABERTURA OFICIAL</b> 40 anos da Revista Educação &amp; Sociedade Homenagens</p> <p style="text-align: center;"><b>Conferência de Abertura:</b> O cenário político econômico mundial</p> <p style="text-align: center;">Conferencista: Reginaldo Correa de Moraes – UNICAMP Moderador: Sérgio Stoco – Cedes Local: Centro de Convenções</p> <p><b>Simpósio I:</b> Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas em debate</p> <p style="text-align: center;">Simposistas: Roberto Leher – UFRJ Marcia Angela da Silva Aguiar – UFPE Luiz Fernandes Dourado- UFG Moderadora: Theresa Adrião - UNICAMP</p> <p style="text-align: center;">Local: Centro de Convenções</p>	<p style="text-align: center;"><b>Simpósio III:</b> As recentes transformações no mundo do trabalho e suas consequências para o campo da educação</p> <p style="text-align: center;">Simposistas: Daniele Linhart – CNRS – França José Dari Krein - CESIT Ruy Gomes Braga Neto – USP</p> <p style="text-align: center;">Moderadora: Eneida Oto Shiroma – UFSC</p> <p style="text-align: center;">Local: Centro de Convenções</p>	<p style="text-align: center;"><b>Simpósio VI:</b> Humanização e Mercantilização: tensões na organização escolar e na formação do profissional da educação.</p> <p style="text-align: center;">Simposistas: Luiz Carlos de Freitas - UNICAMP Vitor Henrique Paro - USP Licínio C. Lima – Universidade do Minho/PT</p> <p style="text-align: center;">Moderadora: Malvina Tuttman - UNIRIO</p> <p style="text-align: center;">Local: Centro de Convenções</p>
<b>12h-14h</b>	<b>Almoço</b>		
<b>13h30-17h</b>	<p style="text-align: center;"><b>Simpósio II:</b> Desenvolvimento social: desafios ao Estado e à educação.</p> <p style="text-align: center;">Simposistas: Jorge Abrahão de Castro – Ministério do Planejamento Thiago Alves - SimCaq Gonzalo Berrón – Observatório da austeridade-FES Moderadora: Denise Carrera – Plataforma Dhesca</p> <p style="text-align: center;">Local: Centro de Convenções</p>	<p style="text-align: center;"><b>Simpósio IV:</b> Dilemas e desafios da educação superior no atual cenário político/econômico mundial.</p> <p style="text-align: center;">Simposistas: Reginaldo Correa de Moraes – UNICAMP Carlos Alexandre Netto - UFRGS Mariano Laplane – UNICAMP Moderador: Valdemar Sguissardi –UFSCar</p> <p style="text-align: center;">Local: Centro de Convenções</p>	<p style="text-align: center;">Horário 13h 30 às 14h 30 <b>Conferência de Encerramento:</b> Tendências regulatórias e os impactos na desigualdade educacional</p> <p style="text-align: center;">Conferencista: Almerindo Janela Gonçalves Afonso Universidade do Minho - Portugal Moderadora: Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp Local: Centro de Convenções</p> <p style="text-align: center;">Horário 14h30 -17h30 <b>Simpósio VII:</b> Cenário atual: reafirmando lutas pela educação em uma sociedade desigual.</p> <p style="text-align: center;">Simposistas: Miguel Gonzalez Arroyo – UFMG Daniel Cara - Campanha Nacional pelo Direito à Educação Cláudio Almir Dalbosco – UPF</p> <p style="text-align: center;">Moderadora: Marcia Maria Gurgel Ribeiro – UFRN</p> <p style="text-align: center;">Local: Centro de Convenções</p>
<b>17h30-19h30</b>	<p><b>Sessões de Comunicação</b></p> <p style="text-align: center;">Local: Salas - Faculdade de Educação</p>	<p><b>Sessões de Comunicação</b></p> <p style="text-align: center;">Local: Salas - Faculdade de Educação</p>	<p><b>Assembléia Geral do CEDES</b></p> <p style="text-align: center;">Local: Salão Nobre - Faculdade de Educação</p>
<b>19h30-21:30h</b>	<p><b>Simpósio V</b> – Direito Humano à Educação e a “nova educação”.</p> <p style="text-align: center;">Simposistas: Carlos Roberto Jamil Cury - UFMG Salomão Barros Ximenes-UFABC Ana Luiza Bustamante Smolka - UNICAMP Moderador: Romualdo Portela de Oliveira – USP</p> <p style="text-align: center;">Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação</p>	<p><b>Conferência II:</b> Movimentos Sociais e Educação no cenário atual</p> <p style="text-align: center;">Conferencista: Breno Marques Bringel-UERJ</p> <p style="text-align: center;">Moderadora: Márcia Sposito – USP</p> <p style="text-align: center;">Local: Salão Nobre da Faculdade de Educação</p> <p style="text-align: center;"><b>Jantar por Adesão</b> -Armazém Nobre</p>	



*Dia 10 de dezembro de 2018*

**9h00 - 12h00 - Centro de Convenções**

**ABERTURA OFICIAL**

40 anos da Revista Educação & Sociedade

Homenagens

---

**CONFERÊNCIAS DE ABERTURA  
O CENÁRIO POLÍTICO ECONÔMICO MUNDIAL**

Conferencista: Reginaldo Correa de Moraes – UNICAMP

Moderador: Sérgio Stoco – Presidente do Cedes

---

**SIMPÓSIO I  
REFORMAS CONSERVADORAS E A “NOVA EDUCAÇÃO”: ORIENTAÇÕES  
HEGEMÔNICAS EM DEBATE**

Ementa: Este simpósio tem como objetivo debater as reformas conservadoras atualmente em curso no cenário das políticas públicas no campo da educação. Trata-se de refletir criticamente sobre os pressupostos político/educacionais subjacentes à ‘nova educação’ e seus pressupostos hegemônicos.

Simposistas: Roberto Leher – UFRJ; Marcia Angela da Silva Aguiar – UFPE; Luiz Fernandes Dourado- UFG

Moderadora: Theresa Maria de Freitas Adrião - Unicamp

---

**12h00 - 13h30 Almoço**

---

**13h30 - 17h00 – Centro de Convenções**

**SIMPÓSIO II  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL: DESAFIOS AO ESTADO E À EDUCAÇÃO**

Ementa: Este simpósio visa refletir sobre os desafios e transformações que o desenvolvimento social e a garantia do direito à educação exigem do Estado, incluindo suas políticas fiscais.

Simposistas: Jorge Abrahão de Castro – Ministério do Planejamento; Thiago Alves – SimCaq; Gonzalo Berrón – Observatório da austeridade - FES

Moderadora: Denise Carrera – Plataforma Dhesca

---

## 17h30 - 19h30 – Faculdade de Educação

### SESSÕES DE COMUNICAÇÕES

Obs. Há sessões organizadas com trabalhos de diferentes eixos.

#### **EIXO 1/ EIXO 2/ EIXO 4/ EIXO 5**

Direito à Educação e os limites de sua Garantia

Direito à Educação e Direito à Aprendizagem

Educação e Desigualdade

Educação Rural, educação de adultos, gênero e etnia como novas formas de inclusão/exclusão

#### **Coordenação da sessão: Sabrina Moelhcke**

Nome	Trabalho	Sala
Cristiane Machado	EDUCAÇÃO INTEGRAL E QUALIDADE NOS PERIÓDICOS (2008 A 2007)	ED 12
Iracema Santos do Nascimento	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO BÁSICA SOB A IDEOLOGIA DO ESCOLA SEM PARTIDO	
Débora Dainez Adriana Lia Frisman de Laplane	O DIREITO À EDUCAÇÃO: A VIDA DE FAMÍLIAS DE CRIANÇAS PEQUENAS COM DESENVOLVIMENTO ATÍPICO	
Rodrigo Hissashi Tsuzuki Shirley Silva	EDUCAÇÃO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – O MASCARAMENTO DAS DESIGUALDADES PELA INCLUSÃO	
Cassia Domiciano	COGESTÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITOS EM DISPUTA.	

#### **EIXO 3**

Políticas públicas: universais e focalizadas

#### **Coordenação da sessão: Maria Sílvia Librandi da Rocha**

Nome	Trabalho	Sala
Edson Ferreira Alves	OS TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO STRICTO SENSU	ED 02
Maisa dos Santos Farias Edima Verônica de Moraes	POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA, NO BRASIL E NO MÉXICO	
Uérica Araujo Micilane Araújo Jamerson Silva	NEOLIBERALISMO E O PAPEL DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO: NOVO PROJETO HEGEMÔNICO DE FORMAÇÃO DA JUVENTUDE EM PERNAMBUCO	
Cícera Maria do Nascimento Maisa dos Santos Farias	A MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE LEITURA LITERÁRIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARUARU/PE: RESISTÊNCIAS E TENSÕES	
Vanusa Ruas Freire Viana Rubens Barbosa de Camargo	AS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA COM FOCO NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E ELEVAÇÃO DO IDEB	

### **EIXO 6/ EIXO 10/ EIXO 12**

Transformações do mundo do trabalho e suas consequências para a Educação  
Movimento sociais e Educação  
Educação e desenvolvimento social

#### **Coordenação da sessão: Carolina de Roig Catini**

<b>Nome</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Sala</b>
Vinicius de Oliveira Bezerra Sílvia Helena Andrade de Brito	REFORMADORES EMPRESARIAIS E ESCOLA SEM PARTIDO: ELEMENTOS PARA DEBATE	ED 13
João Batista Silva dos Santos Rubens Barbosa de Camargo	O CONCEITO DE GASTO COM PESSOAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A LRF: OBSTÁCULOS EM BUSCA DA VALORIZAÇÃO DOCENTE	
Edima Verônica de Moraes Cícera Maria do Nascimento	TRABALHO E EMPREENDEDORISMO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONFORMAÇÃO DOS SUJEITOS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO	
Alexandro Henrique Paixão	RAYMOND WILLIAMS E DONALD WINNICOTT: EDUCAÇÃO DE ADULTOS E TERAPIA INFANTIL PARA SOBREVIVENTES DE GUERRA	

### **EIXO 8/ EIXO 14/ EIXO 15**

Humanização e mercadorização: tensões na organização escolar e na formação do profissional da educação  
Educação Infantil  
Ensino Fundamental

#### **Coordenação da sessão: Lucília Lino de Paula**

<b>Nome</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Sala</b>
Julio Antonio Moreto	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: AS EVIDÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO EM DOCUMENTOS DO BANCO MUNDIAL	ED 15
Nádia Bigarella	TERMO DE COMPROMISSO EDUCAÇÃO PARA O SUCESSO/TODOS PELA EDUCAÇÃO: AUTONOMIA E SUBORDINAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES	
Ranucy Campos Marçal da Cruz	O PRIMEIRO ANO DA DOCÊNCIA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO, ESCOLA E CULTURAS JUVENIS	
Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues	TRABALHO DOCENTE: PERSPECTIVAS, CONCEPÇÕES E EPISTEMOLOGIA DA PRÁXIS	

### **EIXO 07**

Educação entre a formação humana e a preparação para o trabalho

#### **Coordenação da sessão: Carmen Silvia Vidigal Moraes**

<b>Nome</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Sala</b>
Rosemary Lopes Soares da Silva Marise Nogueira Ramos	ENTRELAÇAMENTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL ENTRE 2003 A 2014	NAE
Katharine Ninive Pinto Silva Jamerson Antonio de Almeida da Silva	A EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO PROTEÇÃO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO	
Adda Daniela Lima	UMA ABORDAGEM CRÍTICA PARA A PESQUISA	

Figueiredo Echalar Claudia Helena dos Santos Araújo Jhonny David Echalar Joana Peixoto	SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS, TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO HUMANA: A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO EM QUESTÃO	
--	--	--

## EIXO 9

Educação, Avaliação, Regulação e Controle

### Coordenação da sessão: Sandra Zakia

Nome	Trabalho	Sala
Aline Manfio	PRODUÇÕES NA ANPED A PARTIR DA LEI 13.005 – PNE 2014-2024	ED 06
Adriana Varani Dirce Zan Luciane Grandin	O CURSO DE PEDAGOGIA E A DELIBERAÇÃO 111/12 DO CEE	
Ocimar Munhoz Paulo Henrique Arcas Maria Helena de Aguiar Bravo Raíssa de Oliveira Chappaz	A CENTRALIDADE DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE INICIATIVAS ESTADUAIS NO CONTEXTO NACIONAL	
Cladair Cândida Gomes Ruth Pavan	A GESTÃO ESCOLAR E A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: RUPTURAS E SUBVERSÕES	

## EIXO 11

O público e o privado na relação Estado Educação

### Coordenação da sessão: Raquel Fontes Borghi

Nome	Trabalho	Sala
Marilda de Oliveira Costa	REFLEXOS DO GOLPE DE 2016 NA ESFERA ESTADUAL E AS MUDANÇAS LEGISLATIVAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO E DA ESCOLA PÚBLICA DE MATO GROSSO	ED 04
Camila Martins Posso Fabiana de Cássia Rodrigues	A ATUAÇÃO DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE NA LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988*	
Aline Dionízio Leal Antonio Lisboa Leitão	AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO NO ESTADO DA PARAÍBA: UM RECORTE INICIAL SOBRE O PROJETO ALUMBRAR.	
Caio Eduardo Jardim Antônio	A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)	
Rodrigo Ferreira Rodrigues Gilda Cardoso de Araujo	MOVIMENTO COLABORA EDUCAÇÃO COMO AGENTE DE INTERESSE EMPRESARIAL EM REDES DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS	

## EIXO 16

**Coordenação da sessão: Guilherme Arduini**

<b>Nome</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Sala</b>
Eduardo Calsan	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES DO CAPITAL COM O TRABALHO, PRODUÇÃO E ENSINO TÉCNICO A PARTIR DAS DEMANDAS DO SISTEMA ECONÔMICO	ED 07
Elza Magela Diniz	EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: OLHARES SOBRE O CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM MINERAÇÃO DO IFMG – CAMPUS CONGONHAS.	
André Henriques Fernandes Oliveira	CONCEITO DE QUALIDADE DE ENSINO DAS ESCOLAS TÉCNICAS DO CENTRO PAULA SOUZA EM 2018: ANÁLISE DE UM OFÍCIO ORIENTADOR DO PLANEJAMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL	
Guilherme Arduini	FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	

---

**A partir das 19h30 – Salão Nobre da Faculdade de Educação**

**SIMPÓSIO V  
DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO E A “NOVA EDUCAÇÃO”**

Ementa: O tema deste simpósio é o sentido, a abrangência e a natureza do direito à educação, desde a perspectiva jurídica, socio/política e subjetiva da educação, frente ao projeto político da chamada ‘nova educação’.

Simposistas: Carlos Roberto Jamil Cury – UFMG; Salomão Barros Ximenes-UFABC; Ana Luiza Bustamante Smolka – UNICAMP

Moderador: Romualdo Portela de Oliveira – USP

---

*Dia 11 de dezembro de 2018*

**9h00 - 12h00 - Centro de Convenções**

**Simpósio III**

**As recentes transformações no mundo do trabalho e suas consequências para o campo da educação.**

Ementa: Tendo em vista as grandes transformações no mundo do trabalho e as reformas recentemente aprovadas no congresso nacional (Emenda Constitucional 95, teto do gasto; Lei 13.429 da terceirização irrestrita; Lei 13.467 reforma trabalhista; Lei 13.415 reforma do ensino médio; e a resolução CNE/CP nº 2, de 22/12/2017 BNCC). Este simpósio discutirá os impactos dessa nova realidade nas reformas do ensino médio e no ensino superior, no sistema de formação dos trabalhadores e na organização do trabalho docente e sua especificidade.

Simposistas: Daniele Linhart – CNRS – França; José Dari Krein – CESIT; Ruy Gomes Braga Neto – USP

Moderadora: Eneida Oto Shiroma – UFSC

---

**12h00 - 13h30 Almoço**

---

**13h30 - 17h00 – Centro de Convenções**

**SIMPÓSIO IV**

**DILEMAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO/ECONÔMICO MUNDIAL.**

Ementa: Este simpósio se propõe analisar as profundas transformações que o cenário político/econômico mundial está a exigir da educação superior (universidades, institutos federais e outras instituições públicas e privadas) nos seus vários campos de atuação de ensino, pesquisa e extensão.

Simposistas: Reginaldo Correa de Moraes – UNICAMP; Carlos Alexandre Netto – UFRGS; Mariano Laplane – UNICAMP

Moderador: Valdemar Sguissardi – UFSCar

---

**17h30 - 19h30 – Faculdade de Educação**

**SESSÕES DE COMUNICAÇÕES**

Obs. Há sessões organizadas com trabalhos de diferentes eixos.

**EIXO 1/ EIXO 2/ EIXO 4/ EIXO 5**

Direito à Educação e os limites de sua Garantia

Direito à Educação e Direito à Aprendizagem

Educação e Desigualdade

Educação Rural, educação de adultos, gênero e etnia como novas formas de inclusão/exclusão

**Coordenação da sessão: Cláudia Vianna**

<b>Nome</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Sala</b>
Analice Assunção de Souza Nunes	O TEMA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE NO PERÍODO 1978/1996	ED 12
Adel Ferreira Campos Júnior	ESTADO DO CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: INVENTÁRIO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO GT15 DA ANPED (2013-2017)	
Elisangela Maria Pereira	DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E OS LIMITES DA ESCOLA	

**EIXO 3**

Políticas públicas: universais e focalizadas

**Coordenação da sessão: Monica Kassar**

<b>Nome</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Sala</b>
Desiré Luciane Dominschek	O PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL PARA PROFESSORES: POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES E AVANÇOS	ED 02
Regina Tereza Cestari de Oliveira	A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ÂMBITO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO DE MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES	
Francisco Carlos de Oliveira	PROJETO ESCOLA PLENA: A CONCEPÇÃO DE ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE MATO GROSSO (2017-2018)	
Cileda dos Santos Sant'Anna Perrella	CONSELHO DE REPRESENTANTES DE CONSELHOS DE ESCOLA (CRECE): APONTAMENTOS DO SEU PERCURSO LEGAL	
Viviane Cardoso da Silva	INFLUÊNCIAS DA FUNDAÇÃO LEMANN NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: ANÁLISES INICIAIS	

### **EIXO 8/ EIXO 14/ EIXO 15**

Humanização e mercadorização: tensões na organização escolar e na formação do profissional da educação  
Educação Infantil  
Ensino Fundamental

**Coordenação da sessão: Bianca Correa**

<b>Nome</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Sala</b>
Maria Carolina Branco Costa Ana Lucia Horta Nogueira	DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO E ALFABETIZAÇÃO NA ERA DIGITAL: TENSÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDUCAÇÃO	ED 15
Fernanda Theodoro Roveri	"ARTE E MOVIMENTO COMO UM DIREITO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Patrícia Fracetto	O ENLACE EMOCIONAL E OS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Alessandra de Campos e Silva Rosa	PROFESSORES BRINCANTES: SENTIDOS DO BRINCAR NA FORMAÇÃO INICIAL E PERMANENTE DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	

### **EIXO 07**

Educação entre a formação humana e a preparação para o trabalho

**Coordenação da sessão: José Marcelino de Rezende Pinto**

<b>Nome</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Sala</b>
Évelin Zanelatto Bordin	A COSTUREIRA E SUA PROFISSÃO: APRENDIZADO, QUALIFICAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO	NAE
Raphael Bueno Bernardo da Silva	A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR INSERIDA NO CONTEXTO NEOLIBERAL DE FORMAÇÃO DE UMA NOVA RAZÃO DO MUNDO	
João Francisco Lopes de Lima	ESCOLA, DEMOCRACIA E A CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA DE DERMEVAL SAVIANI [EM TEMPOS PÓS-MODERNOS]	
Solano R. dos Santos; Cláudio A. Fernandes	PROTAGONISMO JUVENIL, INCENTIVO AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E GRUPO DE ESTUDOS: UM CASO DE AÇÃO EDUCATIVA COLETIVA E ENGAJADA	

### **EIXO 11**

O público e o privado na relação Estado Educação

**Coordenação da sessão: Raquel Fontes Borghi**

<b>Nome</b>	<b>Trabalho</b>	<b>Sala</b>
Carolina Machado d'Avila	A GOVERNANÇA FILANTRÓPICA NA INDUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE ENSINO	ED 04
Nayhara Mirelli Moraes da Silva Marilda de Oliveira Costa	AS IMPLICAÇÕES DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA O FINANCIAMENTO, GESTÃO E TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Aline Gabriela Anacleto do Nascimento	O DIRETOR DE ESCOLA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL PAULISTA: LEGISLAÇÃO E O MODELO EMPRESARIAL DE GESTÃO	

## EIXO 16

Ensino Médio Técnico Profissional

### Coordenação da sessão: Teise Garcia

Nome	Trabalho	Sala
Adriana Katia Corrêa	POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES TÉCNICOS EM SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES	ED 07
Odair Diemer	TRADUÇÃO DE TERMOS EM INGLÊS COMUMENTE USADOS NO CURSO TÉCNICO EM AQUICULTURA	
Fernanda Zerbinato Bispo Velasco Celso Suckow da Fonseca	FORMAÇÃO DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO CEFET/RJ UNED-NI: NA PERSPECTIVA DE SEUS DISCENTES.	
Sérgio Stocco	O QUE ESTAMOS CHAMANDO DE REFORMA?	

## EIXO 17

Ensino Superior

### Coordenação da sessão: Antônio Álvaro Soraes Zuin

Nome	Trabalho	Sala
Lalo Watanabe Minto	FIM DA GRATUIDADE DO ENSINO SUPERIOR: EMBATES E CONVERGÊNCIAS EM TORNO DE UM PRINCÍPIO QUE SE FLEXIBILIZOU	ED 06
Mario Ruela Filho Andreza Barbosa	O PAPEL DA CAPES NO FOMENTO À PESQUISA NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E ENSINO: CENÁRIO DA CONCESSÃO DE BOLSAS	
Hercules Guimarães Honorato	A DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA NAVAL NA FORMAÇÃO SUPERIOR DA MARINHA: CAMINHOS INICIAIS	
Cristiano Dornelas de Andrade	O USO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS PROCESSOS DE GESTÃO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	
Leonice Matilde Richter	POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO DA VALORIZAÇÃO DOCENTE	

**19h30 - 20h30 – Salão Nobre da Faculdade de Educação**

### CONFERÊNCIA

### MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NO CENÁRIO ATUAL

Conferencista: Breno Marques Bringel-UERJ

Moderadora: Marília Sposito – USP

**20h30 - Jantar por Adesão**

Local: Armazém Nobre

*Dia 12 de dezembro de 2018*

**9h00 - 12h00 - Centro de Convenções**

**SIMPÓSIO VI**

**HUMANIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO: TENSÕES NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO**

Ementa: Este simpósio, tensionado entre as perspectivas humanista e mercantilista, propõe a reflexão sobre a seguinte problemática:

O processo de mercantilização tende a transformar a instituição escolar. A gestão democrática e participativa, princípio fundamental da formação cidadã, é substituída pelo controle do currículo e pela formação dos profissionais da educação, bem como pela precarização do trabalho docente na escola. Ressalta-se os processos avaliativos, hoje atrelados à BNCC.

Simposistas: Luiz Carlos de Freitas – UNICAMP; Vitor Henrique Paro – USP; Licínio C. Lima – Universidade do Minho - PT

Moderadora: Malvina Tuttman - UNIRIO

---

**12h00 - 13h30 Almoço**

---

**13h30 - 14h30 – Centro de Convenções**

**CONFERÊNCIA**

**TENDÊNCIAS REGULATÓRIAS E OS IMPACTOS NA DESIGUALDADE EDUCACIONAL**

Conferencista: Almerindo Janela Gonçalves Afonso Universidade do Minho – Portugal

Moderadora: Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

---

**14h30 - 17h30 – Centro de Convenções**

**SIMPÓSIO VII**

**CENÁRIO ATUAL: REAFIRMANDO LUTAS PELA EDUCAÇÃO EM UMA SOCIEDADE DESIGUAL**

Ementa: Este simpósio visa debater e enfatizar as urgências educativas, fulcrais numa sociedade profundamente desigual como a brasileira, na tentativa também de buscar marcos formativos orientadores desta luta.

Simposistas: Miguel Gonzalez Arroyo – UFMG; Daniel Cara - Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Cláudio Almir Dalbosco – UPF

Moderadora: Marcia Maria Gurgel Ribeiro - UFRN

---

**17h30 - 19h30 – Salão Nobre da Faculdade de Educação  
ASSEMBLEIA GERAL CEDES**



## **EDUCAÇÃO INTEGRAL E QUALIDADE NOS PERIÓDICOS (2008 a 2017)**

Cristiane Machado  
Faculdade de Educação – UNICAMP  
crimacha@unicamp.br

Este trabalho pretende analisar a relação da educação integral com a qualidade do ensino por meio de artigos que investigaram iniciativas de ampliação do tempo de permanência na escola e possíveis incrementos na qualidade do ensino. Os textos selecionados compõem o mapeamento da produção sobre educação integral e escola em tempo integral em artigos de periódicos científicos que constam no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no período de 2008 a 2017, elaborado por Machado e Ferreira (2018). Para este estudo foram selecionados, por meio do recurso ‘localizar’ do word, 8 (oito) artigos que analisaram a qualidade do ensino na perspectiva da implementação de iniciativas de educação integral. Conclui que a escola em tempo integral é uma possibilidade efetiva de melhorar a qualidade do ensino, contudo, indica que esforços precisam ser adotados para que outras dimensões da educação escolar sejam atendidas, uma vez que a ampliação da permanência na escola, por si só, não estimula todo o potencial da iniciativa em impactar na melhoria da qualidade do ensino.

Palavras-chave: Educação integral. Qualidade do ensino. Periódicos.

---

## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO BÁSICA SOB A IDEOLOGIA DO ESCOLA SEM PARTIDO**

Iracema Santos do Nascimento  
Faculdade de Educação – USP  
iranasci@usp.br

Este artigo apresenta alguns resultados preliminares de pesquisa com o mesmo título, em fase de estruturação junto à FEUSP. Parte-se da constatação de que, mesmo sem ter sido aprovado por lei, o Escola Sem Partido (ESP) vem impactando o trabalho docente em escolas públicas e privadas de todo o país. São dois os objetivos: analisar os impactos do ideário do ESP nas condições e relações de trabalho na escola básica; sistematizar elementos teóricos e empíricos para informar práticas pedagógicas e gestão escolar de contraposição aos retrocessos impostos por tal ideário. O presente artigo se centrará na análise de casos de ataques à autonomia pedagógica de professoras(es) e escolas, recolhidos de diversas fontes, para demonstrar como o ESP, focado na desmoralização da profissão docente, estrutura-se como proposta de desvalorização e desmonte da educação pública republicana, constituindo-se como ameaça aos avanços construídos rumo à consolidação do direito humano à educação no Brasil.

Palavras-chave: Escola Sem Partido. Direito à Educação. Desvalorização Docente.

## **O DIREITO À EDUCAÇÃO: A VIDA DE FAMÍLIAS DE CRIANÇAS PEQUENAS COM DESENVOLVIMENTO ATÍPICO**

Débora Dainez  
Pós-doutoranda/ Programa de Pós-Graduação em Saúde, Interdisciplinaridade e  
Reabilitação/FCM/ Unicamp  
ddainez@yahoo.com.br

Adriana Lia Frizman de Laplane  
Docente/Programa de Pós-Graduação em Saúde, Interdisciplinaridade e  
Reabilitação/FCM/Unicamp  
afrizman@hotmail.com

O objetivo do texto é tratar a educação infantil como uma questão de direito humano e social e, nessa perspectiva, discutir de que modo as práticas educacionais têm levado em conta a diversidade e a singularidade dos modos de ser criança. Para isso, analisa-se as percepções e as situações vividas pelas famílias em relação aos desafios enfrentados para a permanência de seus filhos nas creches e pré-escolas. Os depoimentos das famílias de crianças pequenas com desenvolvimento atípico lançam luz sobre a importância da escola e dos equipamentos de saúde para propiciar o desenvolvimento e a aprendizagem em condições de igualdade. Entretanto, o processo de inclusão na educação infantil esbarra nos condicionantes administrativos que se pautam pelo menor custo possível para atender o maior número possível de crianças.

Palavras-chave: Direito à educação. Educação infantil. Família.

---

## **IGUAIS E DESIGUAIS: A EDUCAÇÃO É DIREITO DE TODOS**

Denise de Almeida Ostler  
Universidade Metodista de São Paulo/Agência financiadora: CAPES  
de.scorpion@hotmail.com

O presente trabalho propõe fomentar uma reflexão sobre a educação especial enquanto modalidade de ensino em consonância com a legislação vigente. A pesquisa está fundamentada em experiências vivenciadas em duas escolas da rede pública do Estado de São Paulo, sendo uma delas freqüentada por alunos com deficiência. O estudo aponta para a importância da oferta de uma educação básica de qualidade, igualitária e destituída de preconceitos, para que estejam os alunos com deficiência inseridos “de fato e de direito” no contexto social. Além da contribuição teórica de estudiosos sobre o tema, temos a complementar o estudo com dados coletados através da pesquisa de campo. O crescente e diversificado número de pessoas com deficiência sinaliza a necessidade, não só das políticas educacionais, como também daqueles envolvidos com as questões da educação especial a avançar em direção a patamares mais elevados em relação ao comprometimento com a dignidade da pessoa humana.

Palavras chave: Educação Especial. Processo de Inclusão. Políticas públicas.

## **O PROGRAMA DE FORMAÇÃO INICIAL PARA PROFESSORES: POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONTRADIÇÕES E AVANÇOS**

Desiré Luciane Dominschek  
UNICAMP  
desiredominschek@hotmail.com

Este estudo analisa os impactos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na educação básica a nível Nacional. O PIBID é uma política pública brasileira que incentiva e valoriza o aprimoramento na formação dos docentes para a educação básica. O objetivo central desse estudo é investigar a ação do programa na formação docente. Optou-se em descrever o PIBID e apresentar os dados de desempenho do programa entre os anos de 2007 a 2013, de forma a ilustrar os benefícios do Programa. A partir da análise documental das Portarias 038/2007, 122/2009, 096/2013, do Edital 061/2013, do Decreto 7.219/2010, do Relatório de Gestão (2009-2013) e do Relatório de Gestão (2009-2014), os resultados apresentados revelam que uma política pública bem estruturada, valoriza e fortalece a formação docente, traz melhoria em relação à qualidade nas escolas de rede pública, integrando as universidades e escolas, e ao mesmo tempo propicia a formação continuada dos professores da IES e dos Supervisores da escola. O programa proporciona a articulação entre a teoria e a prática, trazendo consigo a oportunidade do estudante se aproximar da realidade do cotidiano escolar, e ao mesmo tempo incentiva a pesquisa, cria condições de uma formação consequente, para que de fato os licenciandos possam participar efetivamente do processo de formação, de maneira emancipadora por meio da apropriação do conhecimento e dos saberes necessários para uma formação transformadora.

Palavras-chave: PIBID. Formação inicial. Impactos do Programa.

---

## **PROJETO ESCOLA PLENA: A CONCEPÇÃO DE ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE MATO GROSSO (2017-2018)**

Francisco Carlos de Oliveira  
UCDB  
f.oliveira17@hotmail.com

Este artigo é parte inicial de uma pesquisa de Mestrado em andamento, que tem por objetivo geral analisar a concepção de educação expressa no Projeto da Escola de Tempo Integral, denominado Projeto Escola Plena, instituído no estado de Mato Grosso, pela Lei nº 10.622, de 24 de outubro de 2017, no governo de Pedro Taques (2015-2018). Com base em uma pesquisa documental, teórica e bibliográfica, os resultados parciais evidenciam que a Escola Plena tem como diretrizes: desenvolver ações inovadoras relativas ao currículo e à gestão escolar, direcionadas à melhoria da qualidade do ensino na Rede Estadual de Educação; implementar o modelo de educação integral na Rede Estadual de Ensino; oferecer atividades que influenciem práticas de ensino-aprendizagem; estimular a participação da comunidade escolar na elaboração

do projeto político pedagógico da escola; ampliar a jornada escolar, a fim de promover a formação integral e integrada do estudante; integrar o Ensino Médio à educação profissional por meio de parcerias públicas e privadas. Assim, pode-se inferir que o Projeto Escola Plena busca fazer uma relação entre o tempo diário em que o aluno fica na escola com a qualidade da educação (tempo/qualidade), denotando o tempo como elemento importante na concepção de educação escolar de qualidade.

Palavras-chave: Projeto Escola Plena. Escola de Tempo Integral. Educação Integral. Ensino Médio. Estado de Mato Grosso.

---

### **CONSELHO DE REPRESENTANTES DE CONSELHOS DE ESCOLA (CRECE): APONTAMENTOS DO SEU PERCURSO LEGAL**

Cileda dos Santos Sant'Anna Perrella  
Universidade Federal de São Carlos/Faculdade Zumbi dos Palmares  
cileda.perrella@gmail.com

Este texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa que tem como objeto o Conselho de Representantes de Conselhos de Escola (Crece). O objetivo é evidenciar como se deu a trajetória desse colegiado no campo legal. Tal conselho foi concebido no final da década de 1980, pautado pelo processo de redemocratização do Estado e de suas instituições. Surgiu com potencial mobilizador, revelando demandas, questionamentos e desafios. Com caráter consultivo, almejava contribuir com o processo de democratização da escola e do sistema, como importante e inovador espaço democrático de participação. Em 1992, foi registrado no Regimento Comum das Escolas Municipais e no Estatuto do Magistério Municipal. Desapareceu após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que previu o regimento por unidade escolar. Sua ideia resistiu por 25 anos e, em 2015, foi reconhecido no campo legal. O estudo é qualitativo, a partir de análise documental cotejada com entrevistas, e permite afirmar que a trajetória do Crece foi marcada pela persistência, sendo que a lei que o instituiu resgatou seus princípios, avançou no seu caráter e trouxe novos desafios.

Palavras-chave: Política educacional. Crece. Conselho.

---

### **NEOLIBERALISMO E O PAPEL DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ENSINO MÉDIO: NOVO PROJETO HEGEMÔNICO DE FORMAÇÃO DA JUVENTUDE EM PERNAMBUCO**

Uérica Araujo  
Universidade Federal de Pernambuco  
uericaaraujo@hotmail.com

Micilane Araújo  
Universidade Federal de Pernambuco  
lanepereira.a@gmail.com

Jamerson Silva  
Universidade Federal de Pernambuco  
jamersonufpe@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo analisar a nova política educacional para o ensino médio, efetivada a partir da Lei 13.415/2017 e suas implicações para a formação da juventude em

Pernambuco. Entendemos que a atual política educacional faz parte de um conjunto de iniciativas hegemônicas para concretizar um novo modelo de formação para a juventude. Tomamos como marco teórico o Materialismo-Histórico-Dialético. Desta forma, foi realizada uma análise documental e uma entrevista semiestruturada com a gerente da Gerência de Políticas de Ensino Médio da Secretaria de Educação de Pernambuco. Acreditamos que esta nova Política Educacional objetiva desenvolver no âmbito educacional uma lógica de flexibilização pautada em princípios empresariais, desdobrando-se em uma formação desarticulada e fora dos princípios de uma educação crítica e humana, o, que implicará no aprofundamento das desigualdades educacionais.

Palavras-chave: Política Educacional. Reforma do Ensino Médio. Ensino Médio.

---

### **OS TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO STRICTO SENSU**

Edson Ferreira Alves  
Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte de Goiás  
edson.belos@gmail.com

O processo de discussão e aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 conferiu, de certa forma, centralidade a esse documento-lei na agenda pública o que influenciou também na produção acadêmica stricto sensu. Nesse sentido, por meio de um estudo bibliométrico quali-quantitativo, objetivou-se apresentar e discutir o perfil das teses e dissertações que têm o PNE 2014-2024 como tema central, identificando de forma panorâmica as especificidades dessas produções. Ao todo foram localizados 39 trabalhos defendidos nos doutorados e mestrados, no recorte temporal de 2014 a 2017, que se vinculam ao debate acerca das políticas públicas com uma diversidade de subtemas explorados a partir do PNE 2014-2024. Há uma concentração maior de trabalhos nas regiões Sudeste e Sul e uma tendência de aumento no número de defesas a partir do ano de 2016. Mas, por considerar o Plano enquanto política de Estado e suas implicações para a agenda público-educacional, pode-se concluir que ainda é um objeto pouco investigado.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação 2014-2024. Política Educacional. Bibliometria. Produção stricto sensu.

---

### **INFLUÊNCIAS DA FUNDAÇÃO LEMANN NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: ANÁLISES INICIAIS**

Viviane Cardoso da Silva  
FE/UNICAMP  
viviansylva@yahoo.com.br

No processo histórico, desde a Constituição de 1988 até os dias atuais, os direitos sociais vêm sendo mutilados, dentre tais a educação pública estatal, cada vez mais a mercê da desresponsabilização do Estado, culminando em processos de privatização e terceirização de serviços educacionais. É nesse contexto que se analisa as ações da Fundação Lemann no campo educacional e se compreende a sua forte inserção no setor público. Nesse cenário, o trabalho tem por objetivo analisar as influências da Fundação Lemann nas políticas públicas educacionais

brasileiras, em fase de aproximações, pois a investigação se encontra em andamento no Doutorado em Educação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Com o referencial teórico e metodológico, utilizou-se a pesquisa histórica e qualitativa, embasada em estudos bibliográficos e documentais. Como premissa de resultados aponta-se para a retomada na modificação da lógica de gestão pública e do mundo do trabalho, em que a educação passa (rá) a ter uma nova função na formação do homem, adequado aos interesses do mercado, com todas as contradições postas “em jogo” entre sociedade, Estado e mercado.

Palavras-Chave: Políticas educacionais. Fundação Lemann. Trajetória histórica. Nova Gestão Pública; privatização.

---

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: NEOLIBERALISMO NA ARGENTINA, NO BRASIL E NO MÉXICO**

Maisa dos Santos Farias  
Mestra em Educação Contemporânea – CAA/UFPE/Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina – CAA/UFPE  
faramaia@gmail.com

Edima Verônica de Moraes  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - Centro de Educação/UFPE  
edimamoraes@hotmail.com

Muitos pesquisadores e movimentos sociais afirmam que o agravamento da problemática educacional na América Latina está alicerçado no papel intervencionista dos organismos internacionais nas políticas educacionais desses países, especialmente a partir da década de 1990, que marca o início das reformas educacionais de feição neoliberal. Essas reformas educacionais foram implementadas a partir da viabilização, na maioria dos países latino-americanos, de leis gerais de educação que, devido às características históricas de cada país, apresentaram variadas conformações. Essas leis serviram de referência para a elaboração de documentos que, assim como as referidas leis, orientaram os processos de reforma neoliberal da educação nesses países. Neste artigo, apresentamos breves reflexões sobre o contexto de implementação das políticas macroeconômicas educacionais na América Latina e os consequentes desdobramentos dessas reformas educacionais na Argentina, no Brasil e no México.

Palavras-chave: Educação na América Latina. Políticas Educacionais. Neoliberalismo.

---

## **A MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE LEITURA LITERÁRIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CARUARU/PE: RESISTÊNCIAS E TENSÕES**

Cícera Maria do Nascimento  
Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Caruaru-PE  
escoleitora.lp@gmail.com

Maisa dos Santos Farias  
Mestra em Educação Contemporânea – CAA/UFPE/Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina – CAA/UFPE  
faramaia@gmail.com

O artigo trata da materialização das ações da política para formação de leitoras(es) de literatura, em contexto escolar, na Rede Municipal de Ensino de Caruaru-PE. Nele apresentamos os

resultados da pesquisa realizada no mestrado em Educação (UFPE-CAA), a partir da análise do discurso dos sujeitos. Empregamos a análise de discurso na perspectiva do discurso enquanto prática social, conforme suporte teórico de FAIRCLOUGH (2001) e ORLANDI (2013). No estudo constatamos que a materialização da referida política acontece mediante resistências e tensões. Compreendemos também que as formas de resistências estão presentes na concretização de ações que fortalecem a política de leitura, sendo essas formas de resistências provocadoras do debate sobre a precarização e a intensificação do trabalho docente no contexto das políticas econômicas de cunho neoliberal, situações essas que trazem, como consequência, o adoecimento e a readaptação de função de professoras(es).

Palavras-chave: Política pública de leitura. Leitura literária na escola. Trabalho docente.

---

### **A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ÂMBITO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO DE MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES**

Regina Tereza Cestari de Oliveira  
Universidade Católica Dom Bosco/FUNDECT/CNPq  
reginacestari@ucdb.br

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de materialização dos Planos Municipais de Educação (PME) 2015-2025, de municípios do estado de Mato Grosso do Sul, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, entendido como eixo central das políticas educacionais. A pesquisa baseia-se na análise de documentos, especialmente, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e os planos municipais de educação de cinco municípios sul-mato-grossenses (Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã). Focaliza o Art. 9º do PNE e a Meta 19 - Gestão democrática, no que se refere à publicação de lei específica para disciplinar a gestão democrática da educação pública. Os resultados indicam que os cinco municípios aprovaram o plano de educação no prazo definido pela Lei 13.005, de 14 de junho 2014; acataram a Meta 19, em consonância com o PNE; e, nesse processo, a definição de lei específica e de critérios para o provimento dos cargos de diretores e gestores escolares ocorreu de forma diferenciada nos diversos municípios.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação; Plano Municipal de Educação; Gestão democrática.

---

### **AS PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA COM FOCO NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E ELEVAÇÃO DO IDEB**

Vanusa Ruas Freire Viana  
USP  
nusafreire@usp.br

Rubens Barbosa de Camargo  
USP  
rubensbc@usp.br

Agência Financiadora: CNPq

Este texto trata de um estudo de natureza bibliográfica e documental que tem como objetivo caracterizar os principais programas e políticas educacionais com foco no resultado de avaliações externas e consequente elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A

abordagem textual empregada se preocupa em apresentar a composição do atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), bem como as principais propostas de mudança para 2019. Apresenta o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Plano de Ações Articuladas (PAR) e o Sistema PDDE Interativo e ações agregadas, como aquelas que procuram elevar na prática os índices verificados no Ideb, além propor a necessidade de uma reflexão mais sistemática e abrangente sobre os usos dos resultados das avaliações externas, de modo que não se tornem apenas instrumentos de punição ou bonificação para as escolas verificadas.

Palavras-chave: Avaliações Externas. Ideb. Políticas Públicas

**Eixo 4**  
**EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES**  
Coord. Sabrina Moelhecke

### **DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E OS LIMITES DA ESCOLA**

Elisangela Maria Pereira  
Universidade Estadual de Campinas- Unicamp  
elisangelapereira019@gmail.com

Este artigo tem por objetivo analisar algumas das causas das desigualdades educacionais e as alternativas buscadas no campo das políticas governamentais na tentativa de minimizá-las e corrigi-las, com focalização em ações desencadeadas pelas escolas, como por exemplo as políticas de ampliação da jornada escolar. Neste contexto, refletiremos sobre as possibilidades e os limites da instituição escolar como agência promotora de justiça e da superação das desigualdades. Trata-se de um estudo teórico, pautado em revisão bibliográfica, que compôs a tese de doutorado “Programas governamentais para educação em tempo integral no Brasil e Portugal: implicações sobre as desigualdades educacionais” e evidenciou que apesar dos limites da escola em função das desigualdades em contextos intra e extraescolares, não pode prescindir da ideia de que a busca pela igualdade com respeito às diferenças individuais deve ser a referência para a educação e que as políticas de educação integral, poderão incidir sobre as desigualdades educacionais, desde que bem estruturadas, prevendo investimentos significativos em infraestrutura física, material e valorização dos profissionais, oportunizando um currículo integrado e metodologias de ensino diferenciadas.

Palavras-chave: Desigualdades Educacionais. Escola. Educação Integral.

---

### **EDUCAÇÃO E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – O MASCARAMENTO DAS DESIGUALDADES PELA INCLUSÃO**

Rodrigo Hissashi Tsuzuki  
FEUSP  
rodrigo.tsuzuki@usp.br

Shirley Silva  
FEUSP  
shirley.feusp@usp.br

As pessoas com deficiência estão sob a premissa de vivenciarem, em graus variados e de diferentes maneiras, situações de desigualdade, sendo essas amplas e complexas. O escopo do

presente trabalho centraliza-se na análise do debate realizado em documentos de organismos internacionais que correlacionam as deficiências às situações de desigualdade, como as Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde e UNICEF. Tais documentos explicitam tanto as condições de pobreza e vulnerabilidade vivida por parte significativa de pessoas com deficiência, imprimindo uma vivência de situações de desigualdade de forma quase perene, quanto propõem medidas que visam promover a igualdade de oportunidades de participação dessas pessoas na sociedade. Observa-se, no entanto, que, nas últimas duas décadas, igualdade deixa de ser um conceito central nas discussões sobre promoção da participação das pessoas com deficiência na sociedade e reduzem-se, em grande medida, à igualdade de acesso como fator preponderante às desigualdades, adotando-se, ainda, o termo "inclusão", como sinônimo de igualdade, o que simplifica e mascara demasiadamente as situações desiguais vivenciadas por essas pessoas.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência. Desigualdades sociais. Igualdade.

*Eixo 5*  
**EDUCAÇÃO RURAL, EDUCAÇÃO DE ADULTOS, GÊNERO E ETNIA COMO NOVAS FORMAS DE INCLUSÃO / EXCLUSÃO**  
Coord. Cláudia Vianna

### **ESTADO DO CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: INVENTÁRIO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO GT15 DA ANPED (2013-2017)**

Adel Ferreira Campos Júnior  
UCDB  
adelroo73@hotmail.com

Nadia Bigarella  
UCDB  
nadia@ucdb.br

O estudo sobre a produção de comunicações em eventos, do Grupo de Trabalho (GT-15), Educação Especial, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, nos anos de 2013 a 2017, respectivamente nas 36<sup>a</sup>, 37<sup>a</sup> e 38<sup>a</sup> Conferências Nacionais, faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento. Tem o objetivo elaborar um inventário dos artigos, pôsteres, minicursos e trabalhos encomendados publicados no site, para identificar as agências financiadoras, gênero dos autores, referenciais teóricos, conceitos, regiões, metodologias e principais palavras-chaves. A pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa/quantitativa em um corpus de sessenta e cinco trabalhos, seis pôsteres e três minicursos, demonstra que a maioria dos/as autores/as são mulheres, sem financiamento e da região sudeste. A metodologia mais utilizada é a pesquisa qualitativa, as palavras-chave que mais aparecem e os conceitos mais discutidos são educação especial e educação inclusiva. A divulgação de pesquisas em eventos, ainda, é a forma mais acessíveis a maioria dos pesquisadores, especialmente, os iniciantes.

Palavras-chave: Educação Especial. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Estado do conhecimento.

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA  
CONFORMAÇÃO DOS SUJEITOS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO  
DO TRABALHO**

Edima Verônica de Moraes  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – Centro de Educação/UFPE  
edimamoraes@hotmail.com

Cícera Maria do Nascimento  
Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Caruaru-PE  
escoleitora.lp@gmail.com

O artigo debate a categoria Trabalho e as formas como esse se expressa na atualidade, dialogando com dados produzidos na pesquisa de mestrado sobre o Programa de Educação Integral em Pernambuco e a formação da juventude para o mundo do trabalho. O processo de crise do capitalismo na contemporaneidade vem modificando hábitos, costumes e normas provocando intensas mudanças na organização da economia política. Essa reorganização atinge vários setores da vida social, dentre esses, as instituições de ensino têm sido fortemente impactadas no sentido de adequar seus processos pedagógicos e administrativos às demandas colocadas por essa reestruturação. Nossas conclusões apontam que o modelo de educação que ora vigora tenta aproximar a escola da lógica empresarial. Assim, a concepção de educação interdimensional, desenvolvida por Costa (2008), que fundamenta a proposta curricular das EREMs, e têm suas bases no Relatório Jacques Delors guarda estreita aproximação com essa lógica.

Palavras-chave: Trabalho. Empreendedorismo. Educação (em Tempo) Integral.

---

**O CONCEITO DE GASTO COM PESSOAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA E A LRF: OBSTÁCULOS EM BUSCA DA VALORIZAÇÃO DOCENTE**

João Batista Silva dos Santos  
Universidade de São Paulo  
joao.santos@usp.br

Rubens Barbosa de Camargo  
Universidade de São Paulo  
rubensbc@usp.br

O presente trabalho teve como objetivo discutir a opção política e/ou econômica por parte das Administrações Públicas dos entes federativos em adotar a contratação temporária dos profissionais da educação, em especial os professores da educação básica, tendo em vista a

observância dos artigos 18 e 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nesse sentido, uma pesquisa do tipo documental e bibliográfico traduz a estrutura do texto aqui exposto, de tal forma que o objeto do estudo pode ser problematizado com os referenciais utilizados. O estudo apresenta reflexões introdutórias que traduzem os avanços neoliberais em proporcionar a elaboração de um arcabouço legal que condiciona os entes federativos à diminuição de gastos sociais, utilizando uma estrutura de normas, vide LRF. Essa lógica, oriunda da vertente gerencial da administração pública, somada às opções política e/ou econômica dos gestores, resultam em estratégias de precarização dos profissionais, mesmo aqueles que estão vinculados ao estado, como exemplo, os professores temporários.

Palavras-Chave: Docente. Precarização. Temporário. Lei de Responsabilidade Fiscal.

*Eixo 7*  
**EDUCAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO HUMANA E A PREPARAÇÃO PARA O MERCADO**  
Carmen Silvia Vidigal Moraes

**A COSTUREIRA E SUA PROFISSÃO: APRENDIZADO, QUALIFICAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO**

Évelin Zanelatto Bordin  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
evelinzbordin@gmail.com

Este trabalho tem como finalidade abordar os caminhos de aprendizagem da costura no âmbito profissional e é resultante do cruzamento de minhas experiências profissionais na área de confecção com o resultado de entrevistas realizadas para minha pesquisa de mestrado em Educação, da UFRGS. Essas entrevistas realizadas com oito costureiras atuantes profissionalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre trouxeram percepções das próprias costureiras sobre o modo com que aprenderam a costurar ao longo de sua jornada profissional, suas dificuldades e as implicações cotidianas de suas vidas rodeadas por questões referentes ao gênero feminino. Percebeu-se através dos relatos que a aprendizagem e qualificação formal ainda são um caminho restrito e de características fabris, sendo que a maior parte delas constrói sua experiência profissional aprendendo no próprio trabalho, e os cursos oferecidos para qualificação limitam os conteúdos ao saber da costura enquanto as mesmas entendem que tornar-se costureira significa muito mais do que apenas aprender a costurar.

Palavras-chave: Costura. Aprendizado. Mercado de trabalho.

---

**ENTRELAÇAMENTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO NO BRASIL ENTRE 2003 A 2014**

Rosemary Lopes Soares da Silva  
Marise Nogueira Ramos

Este artigo tem como objetivo refletir sobre políticas públicas para a educação profissional de nível médio no Brasil, pela mediação dos Planejamentos Plurianuais do Governo Federal (PPA) formulados no período de 2003 a 2014, buscando articular estrutura e conjuntura no Estado Brasileiro. Para tanto, recorreremos à análise documental dos PPA, bem como a alguns

aportes teóricos no campo da ciência política, da sociologia e da educação profissional no sentido de expressar a relação entre a estrutura econômica com a educação profissional. Tomamos como pressuposto o que apontam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), respaldados pelo pensamento de Florestan Fernandes, a saber: as crises conjunturais no Brasil acabam sendo superadas mediante processos de rearticulação do poder da classe burguesa, numa estratégia de conciliação de interesses entre o ‘arcaico’ e o ‘moderno’. Trata-se, para Fernandes, de um processo que reafirma, ao longo da nossa história, a “modernização do arcaico”, e não a ruptura de estruturas de profunda desigualdade econômica, social, cultural e educacional. Nossa análise demonstra que esta lógica orientou as políticas de educação profissional nos governos de Luís Inácio Lula da Silva delineadas para a expansão da educação profissional de nível médio, que tem como centralidade a noção de inclusão social como política social que se direciona na perspectiva hegemônica da relação entre trabalho e educação.

Palavras-chaves: Conjuntura. Políticas Públicas. Educação Profissional.

---

### **A EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO PROTEÇÃO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO**

Katharine Ninive Pinto Silva  
Universidade Federal de Pernambuco  
katharineninive@gmail.com

Jamerson Antonio de Almeida da Silva  
Universidade Federal de Pernambuco  
jamersonufpe@gmail.com

Este artigo traz resultados de pesquisas realizadas em torno da temática da Educação Integral no Ensino Médio Brasileiro. O objetivo geral da pesquisa foi debater o contexto atual em torno da Educação Integral no Ensino Médio. Através de uma pesquisa com palavras-chave (integral, integrada, ensino médio) foi feita uma seleção de documentos recentes da área de Educação do Governo Federal e posterior análise através da categorização por temas, conforme a concepção dialógica de Bakhtin (1997). Os resultados da pesquisa indicam que a Educação Integral no contexto do Ensino Médio consiste numa importante perspectiva em torno da disputa pela captura da subjetividade dos jovens para os interesses do Capital, considerando a ênfase no tempo integral e na perspectiva de proteção integral como forma de guarda e controle dos jovens.

Palavras-chave: Educação Integral. Ensino Médio. Tempo Integral.

---

### **A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR INSERIDA NO CONTEXTO NEOLIBERAL DE FORMAÇÃO DE UMA NOVA RAZÃO DO MUNDO**

Raphael Bueno Bernardo da Silva  
Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do ABC  
raphael.bueno@ufabc.edu.br

A discussão e elaboração dos documentos que instituem uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino básico brasileiro estão inseridos em um contexto de avanço

neoliberal sobre diversos setores da sociedade e serviços públicos, inclusive a educação. A partir do estudo das teorias do currículo, questiona-se se há relação entre a BNCC e projetos político-econômicos voltados à escola. Considerando as contribuições de Pierre Dardot e Christian Laval em torno do neoliberalismo como a razão do capitalismo contemporâneo, e que gera uma nova subjetividade, estenderemos tal análise até a educação, no qual o estudante seria também moldado sob uma nova lógica normativa. Dardot e Laval baseiam-se em conceitos formulados por Michel Foucault para sustentar que o neoliberalismo e sua nova razão do mundo desenvolvem o conceito de governo de si, gerando assim um novo sujeito, moldado por uma conduta empreendedora e competitiva, em que este sujeito, neoliberal, é cada vez mais levado a se comportar e se inserir no mercado de trabalho como um “empresário de si mesmo”.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Neoliberalismo. Filosofia da Educação.

---

### **UMA ABORDAGEM CRÍTICA PARA A PESQUISA SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS, TECNOLOGIAS E FORMAÇÃO HUMANA: A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO EM QUESTÃO**

Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar  
PPGECM UFG  
docenciaonline2012@gmail.com

Claudia Helena dos Santos Araújo  
ProfEPT IFG  
helenacaudia@gmail.com

Jhonny David Echalar  
discente PPGE UFG, SEDUCE Goiás  
jhonnyechalar@gmail.com

Joana Peixoto  
PPGE PUC Goiás / PPGECM IFG  
joanagynn@gmail.com

Discutiremos duas pesquisas que ao discutirem políticas de formação docente colocam em questão a possibilidade formativa emancipatória dos envolvidos nos cursos. A pesquisa A aborda o Sistema Universidade Aberta do Brasil (Sistema UAB) e a pesquisa B trata dos processos formativos docentes que se integram à implementação do Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) em escolas de educação básica. A fragmentação é o elemento de interseção entre os resultados das duas teses, discorrendo sobre a divisão social do trabalho e sua materialização nas políticas públicas educacionais que propõe a inserção das tecnologias na educação. Este movimento resulta na promoção de uma (de)formação docente pautado na aquisição de competências e habilidades do âmbito do estritamente prático com as tecnologias, consequentemente distante da apropriação dos saberes técnicos-pedagógicos mediado ou não por tecnologias - efeito de diversas influências das políticas neoliberais. Imerso nestes processos de formação fragmentada o homem torna-se um reproduzidor dos elementos que fundamentam uma sociedade desigual e de cunho tecnocêntrico, dissociando sua atuação profissional da reflexão teórica sobre o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Fragmentação do trabalho docente. Tecnologias e educação. Formação de professores. Educação a distância.

---

## **ESCOLA, DEMOCRACIA E A CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA DE DERMEVAL SAVIANI [EM TEMPOS PÓS-MODERNOS]**

João Francisco Lopes de Lima  
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto  
jfrancisco.lima@gmail.com

O presente estudo analisa o pensamento pedagógico de Dermeval Saviani acerca das relações entre escola, formação humana e democracia, considerando o seu embasamento filosófico, as implicações pedagógicas e a possibilidade de diálogo de sua teoria pedagógica com o cenário educacional contemporâneo, marcado pelas características do pós-moderno. O estudo, de caráter bibliográfico, tomou como material de análise os textos do autor que tratam sobre a teoria pedagógica de modo direto e outros que trazem o tema ou seus elementos de modo indireto e que possibilitaram esclarecer questões postas no curso da reflexão. Esse artigo percorre um breve histórico sobre o autor, sobre o contexto que gerou a sua teoria pedagógica, aponta a influência filosófica de Marx e de Gramsci, verifica como o autor posiciona-se diante da evidência da crise do modelo socialista e da emergência do pós-moderno no cenário contemporâneo. Por fim, reconhecendo a pluralidade epistemológica e social do cenário pós-moderno, considera a possível contribuição da Pedagogia histórico-crítica para a educação contemporânea.

Palavras-chave: Discurso pedagógico. Pós-moderno. Democracia. Pedagogia histórico-crítica. Saviani.

---

## **PROTAGONISMO JUVENIL, INCENTIVO AO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E GRUPO DE ESTUDOS: UM CASO DE AÇÃO EDUCATIVA COLETIVA E ENGAJADA**

Solano R. dos Santos  
Parfor-UFPR  
solanosantos75@yahoo.com.br

Cláudio A. Fernandes  
UNC / Parfor-UFPR / FAPERJ  
claudiofernandes@unc.br

O presente trabalho traz um recorte científico em torno do projeto que busca incentivar o ingresso de alunos, em escolas públicas com Ensino Profissionalizante. Originado das solicitações dos próprios jovens ante as demandas sócio-econômicas de Itaperuçu, município da Grande Curitiba, fez-se o encontro de estudantes mais velhos, advindos de cursos técnicos, com os mais novos, tendo o protagonismo juvenil como base dessas ações. Como tais oportunidades também exigiam avaliações classificatórias do desempenho escolar, deu-se a criação de grupos de estudos, similar aos moldes acadêmicos, assim complementando o ensino formal. Com objetivo de coletar, analisar e criar reflexão ao redor das impressões dos próprios adolescentes participantes do processo, sob o viés metodológico da pesquisa qualitativa em educação e políticas públicas, por fim observou-se as possíveis contribuições que um ambiente de discussão epistemológica entre adolescentes, em prol de um aprendizado autônomo, dialético e crítico, mesmo diante do discurso de empregabilidade atual.

Palavras-chave: Protagonismo Juvenil. Ensino Profissionalizante. Grupos de Estudos.

**TERMO DE COMPROMISSO EDUCAÇÃO PARA O SUCESSO/TODOS PELA EDUCAÇÃO: AUTONOMIA E SUBORDINAÇÃO DOS DIRETORES ESCOLARES**

Nadia Bigarella  
UCDB  
nadia@ucdb.br

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa de doutorado e pós-doutoramento, desenvolvida entre os anos 2011 a 2018. Tem como objetivo analisar a Resolução/SED n. 2.176, de 30 de maio de 2008, que criou o termo de compromisso que especificava as expectativas geradas pela Secretaria de Educação e os deveres dos diretores de escola estaduais do estado de Mato Grosso do Sul. Este tipo de acordo, muito usado pelas empresas, permitiu a transferência de poder da escola para a Secretaria, que em nome do bem comum, suscitava consenso, comprometimento com os resultados e responsabilização pela qualidade da educação. Com base em análise de documentos produzidos em âmbito federal e em âmbito estadual, como legislação, mensagens à Assembleia Legislativa, programas educacionais, leis decretos e diários oficiais, os resultados mostraram que o diretor escolar foi inserido em uma situação contraditória: o termo que lhe propôs autonomia e poder gerencial, ao mesmo tempo lhe tornou dependente e submisso, impondo um processo gestor produtivista que mobilizou o pensamento e as ações dos diretores de escolas públicas para se integrarem aos processos de produção de bens de consumo.

Palavras-Chave: Termo de compromisso entre diretor e secretaria de educação. Gestão gerencial. Produtividade e responsabilização.

---

**O PRIMEIRO ANO DA DOCÊNCIA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO, ESCOLA E CULTURAS JUVENIS**

Ranucy Campos Marçal da Cruz  
Universidade Federal de Minas Gerais  
ranucyedfisica@yahoo.com.br

O presente artigo pretende apresentar os resultados de uma pesquisa de mestrado em andamento, que se destina a investigar o processo de indução profissional de professores de educação física. A pesquisa busca compreender os processos constitutivos da prática docente de três professores/as iniciantes de Educação Física no primeiro ano da carreira profissional. Além disso, pretende-se identificar as aprendizagens profissionais incorporadas pelos professores/as durante o primeiro ano de exercício da docência, bem como identificar os processos de ensino-aprendizagem nas aulas de Educação Física frente aos desafios e descobertas vivenciados nesse período específico do desenvolvimento profissional. Esse artigo se justifica na medida em que várias pesquisas: Gariglio (2016), Marcelo Garcia

(2009), Romanowski (2012), André (2012) e Papi e Martins (2010) têm apresentado desafios enfrentados por professores iniciantes em suas carreiras docentes. Portanto, ao longo desse artigo trataremos dessa temática a partir de uma discussão das pesquisas acadêmicas sobre professores iniciantes; apontaremos os caminhos metodológicos e reflexões que surgiram no processo de construção da pesquisa; e, por fim, apresentaremos os primeiros resultados da pesquisa a partir de uma discussão sobre educação, escola, e culturas juvenis.

Palavras-chave: Indução Profissional. Professores Iniciantes Educação Física. Iniciação à docência.

---

## **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: AS "EVIDÊNCIAS" DA GLOBALIZAÇÃO EM DOCUMENTOS DO BANCO MUNDIAL**

Julio Antonio Moreto  
FE-UNICAMP/ IESCAMP  
glajuli@gmail.com

Objetivamos estudar as ações do Banco Mundial relativas à Formação Continuada de Professores, a partir do Relatório Anual/2018 e do Training Teachers on the Job What Works and How to Measure It. Explicitamos as “evidências” da globalização na formação, utilizadas pelo Banco, pela teoria da ocidentalização do mundo, como possibilidade explicativa da globalização. A formação é entendida como formação profissional em alternância: articulação entre tempo do trabalho (prática docente) e estudos teóricos-metodológicos e compreendendo: a teoria do capital humano pela soma de aptidões e saberes, como fonte de capacidade produtivas; a pedagogia das competências e a performance da escola pelos resultados escolares. As evidências encontradas são: treino de técnicas para ações futuras; domínio da tecnologia; preparação para o trabalho com modelo a seguir; acompanhamento do trabalho em sala de aula; e adequação à prescrição de modelos de planejamentos. Elas orientam tanto os sistemas a se adequarem às necessidades da economia globalizada, como os professores, pelo treino e pela técnica aprendida para se ensinar.

Palavras-chave: Formação Continuada de Professores. Banco Mundial. Globalização.

---

## **TRABALHO DOCENTE: PERSPECTIVAS, CONCEPÇÕES E EPISTEMOLOGIA DA PRÁXIS**

Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues  
Professor Instituto Federal de Brasília - IFB  
rodrigo.guimaraes@ifb.edu.br

Resultante do almejo de perquirir problematizações que permeiam o trabalho docente e sua relação com concepções pedagógicas para a construção de uma epistemologia da práxis, o presente artigo traz resultados parciais de uma pesquisa de caráter bibliográfico para revisão de literatura inicial de estágio de pós-doutorado, em curso na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - FE/UnB, na área Formação e Trabalho Docente. Tenciona-se identificar as relações existentes entre os modelos educacionais que se manifestam no decorrer dos movimentos que permeiam a história da educação brasileira e a construção de práxis pedagógicas que de fato incidam na transformação dos indivíduos por meio da

influência de seu trabalho. Tem-se como ponto de partida, a necessidade de investigar as relações que se continuam entre concepções pedagógicas mapeadas na história da educação brasileira e a construção e desenvolvimento de um trabalho docente capaz de ressignificar realidades, investigando a tomada de consciência e ressignificação da realidade pelo trabalho.

Palavras-chave: Formação e Trabalho Docente. Concepções Pedagógicas. Epistemologia da Práxis.

**A CENTRALIDADE DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO: APONTAMENTOS  
SOBRE INICIATIVAS ESTADUAIS NO CONTEXTO NACIONAL**

Ocimar Munhoz Alavarse  
FEUSP  
ocimar@usp.br

Paulo Henrique Arcas  
FEUSP  
arcasmg@uol.com.br

Maria Helena de Aguiar Bravo  
FEUSP  
mh.bravo@yahoo.com.br

Raíssa de Oliveira Chappaz  
FEUSP  
raissa.chappaz@usp.br

Este artigo objetiva explorar a importância e a centralidade das políticas de avaliação, com base em pesquisas em andamento que abordam a política de avaliação externa: i) do estado de São Paulo e sua relação com as políticas municipais de 2009 a 2016; ii) do estado do Ceará, com vistas ao Spaece, e suas possíveis relações com as políticas do governo federal; e iii) dos estados que não criaram sistemas próprios de avaliação, ou que o criaram recentemente ou o tiveram episodicamente. O foco está em identificar como as políticas de avaliação desenvolvidas pelos governos federal, estadual e municipal, se articulam, se influenciam e podem induzir outras políticas. O texto se estrutura cinco partes: uma introdução, que situa a temática da avaliação educacional; na segunda é analisada a política de avaliação no estado de São Paulo e sua relação com as políticas de avaliação municipais; na terceira discute-se o desenvolvimento da política de avaliação do estado do Ceará e sua possível relação com a política nacional; na quarta parte são evidenciados elementos iniciais das políticas de avaliação dos estados que não possuem um sistema próprio de avaliação ou que recentemente o criaram; e por fim, apresenta-se uma conclusão com o estágio atual de desenvolvimento das pesquisas e considerações preliminares dos resultados esperados.

Palavras-chave: Avaliação externa. Política educacional. Qualidade da educação.

## **A GESTÃO ESCOLAR E A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: RUPTURAS E SUBVERSÕES**

Cladair Cândida Gomes  
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB  
cladagomes@yahoo.com.br

Ruth Pavan  
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB  
ruth@ucdb.br

Este artigo é fruto da tese de doutoramento que versa sobre a avaliação em larga escala e as implicações para a gestão escolar. Neste artigo discutiremos sobre as resistências nos espaços escolares que contrariam às expectativas de passividade e de atendimento às imposições das avaliações em larga escala. Sob a perspectiva da abordagem qualitativa de pesquisa, entrevistas semiestruturadas foram realizadas com nove gestores de quatro escolas com o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, em uma capital da região Centro-Oeste do país. A análise pautou-se em autores críticos do currículo que discutem a avaliação em larga escala, mormente no que tange aos aspectos de exclusão e de homogeneização, inerentes a tais avaliações. Percebe-se, pelas entrevistas, que as ações de resistência dos sujeitos escolares têm colocado em xeque o conhecimento tecnocrático e questionado sua hegemonia.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala. Gestão escolar. Currículo.

---

### **PRODUÇÕES NA ANPED A PARTIR DA LEI 13.005 - PNE 2014-2024**

Aline Manfio  
UNESP Marília  
alinemanfio@msn.com

O texto tem por objetivo levantar as publicações na Anped sobre o Plano Nacional de Educação 2014-2024, visando entender como tem se dado a produção a respeito da temática em âmbito nacional. Para levantamento dos textos utilizou-se o site da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em educação - Anped (nacional), utilizando as palavras-chave: “PNE Plano Nacional de Educação; PME “Plano Municipal de educação” e PEE “Plano Estadual de Educação”. Não foram encontrados trabalhos que traziam como referencia Planos municipais de educação ou planos estaduais de educação, o que pode indicar que esses trabalhos estão sendo apresentados nos encontros estaduais. Sobre planos nacionais de educação foram encontrados e analisados 15 trabalhos. Os trabalhos analisados concentram-se no papel do Estado como provedor de políticas, não destacando como as escolas fazem as políticas acontecerem e como os agentes educacionais as cumprem nas escolas.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Plano Nacional de Educação. Anped.

---

## O CURSO DE PEDAGOGIA E A DELIBERAÇÃO 111/12 DO CEE

Adriana Varani  
FE-UNICAMP  
avarani@unicamp.br

Dirce Zan  
FE-UNICAMP  
dircezan@unicamp.br

Luciane Grandin  
FE-UNICAMP  
lgrandin@unicamp.br

Num contexto de redefinição dos cursos de licenciatura nacionalmente, concepções distintas entram em disputa. O presente texto objetiva apresentar e refletir sobre uma destas disputas, o processo de regulação dos cursos de licenciatura, mais especificamente o de Pedagogia, no cenário de aprovação da deliberação 111/12 do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Tal reflexão se dá a partir de nossa experiência como docentes de uma universidade pública paulista. Iniciamos com a contextualização do curso, desde a perspectiva de formação de especialistas, passando pela organização de movimentos sociais pela luta por uma formação centrada na universidade. Com o objetivo de definir uma política para a formação de professores do ensino fundamental das instituições públicas de ensino superior em São Paulo, em 2012 o CEE apresenta uma proposta de deliberação sobre o assunto. Tal apresentação provoca questionamentos, desde o conteúdo voltado para um olhar eminentemente prático para a ação docente, passando pela compreensão de como tal deliberação e o discurso que o acompanhou anunciava uma interferência na autonomia didático-científica da universidade, prevista na Constituição de 1988. Com esta discussão gostaríamos de trazer à tona uma realidade local que reflete e refrata políticas de dimensão nacional no campo da formação de professores.

Palavras-chave: Formação de professores. Regulação. Pedagogia.

*Eixo 10*  
**MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO**  
Coord. Carolina de Roig Catini

### REFORMADORES EMPRESARIAIS E ESCOLA SEM PARTIDO: ELEMENTOS PARA DEBATE

Vinícius de Oliveira Bezerra  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
viniciusoliveira\_08@hotmail.com

Silvia Helena Andrade de Brito  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
silvia.brito@ufms.br

Neste trabalho, analisamos o posicionamento dos reformadores empresariais acerca do Movimento Escola sem Partido (ESP), particularmente do Movimento Todos pela Educação (TPE) e do Instituto Unibanco (IU), tendo em vista o esclarecimento de suas relações. Para

tanto, foram compilados dados nos sítios eletrônicos dessas entidades e na mídia jornalística digital, além de trabalhos acadêmicos produzidos sobre os mesmos. Por meio da análise do material, foi possível mostrar que os dois atores sociais se aproximam ao comungar do mesmo princípio geral de defesa do capitalismo, mas se afastam no que diz respeito à defesa de uma perspectiva mais ou menos liberalizante (na esfera da cultura, do comportamento e/ou da moral) em seus ideais para o campo educacional.

Palavras-chave: Movimento Escola sem Partido. Instituto Unibanco. Movimento Todos pela Educação.

*Eixo II*  
**O PÚBLICO E O PRIVADO NA RELAÇÃO ESTADO E EDUCAÇÃO**  
Coord. Raquel Borghi

**COGESTÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEITOS EM DISPUTA**

Cassia Domiciano  
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)  
cassiale@uol.com.br

Este trabalho apresenta, discute e analisa o termo cogestão inscrito no decreto regulamentador do Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI), implementado em Campinas-SP, em 2007. Por meio da análise do texto da lei, dos documentos do período de 2007 a 2014, que normatizaram o PAEEI e do levantamento bibliográfico, comparamos as características “administrativas” deste Programa buscando explicitar que a apropriação do vocábulo por parte dos legisladores não condiz com a construção social e histórica do conceito de cogestão. Apuramos que o Programa em curso corresponde a um processo de privatização explícito, pois transfere a gestão de equipamentos de educação infantil públicos ao setor privado com subsídio governamental, materializando a lógica gerencialista defendida pelos setores hegemônicos que tem como fim a “flexibilização” da gestão pública e a transformação da educação em mercadoria.

Palavras-chave: Cogestão. Privatização. Educação Infantil.

---

**AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO NO ESTADO DA PARAÍBA: UM RECORTE INICIAL SOBRE O PROJETO ALUMBRAR**

Aline Dionizio Leal  
PPGED/UFCCG  
prof.alinedionizio@gmail.com

Antônio Lisboa Leitão de Souza  
PPGED/UFCCG  
lisboaleitao@uol.com.br

No final do século XX, com atuação mais incisiva a partir dos anos de 1990, houve uma “unificação da classe empresarial em torno do projeto neoliberal” (MARTINS, 2013, p. 75), buscando engendrar a sociedade em torno de um projeto que comportasse princípios, como os de

competitividade e produtividade, fundamentos da lógica do mercado. Neste contexto, o Brasil vive uma ampla expansão no número de organizações, fundações e institutos que são apresentados como única alternativa à “ineficiência” do Estado, consolidando-se a lógica das parcerias público-privado na gestão e na ação estatal, principalmente no tocante às políticas públicas para as áreas sociais. E a educação, por sua vez, não está fora desse processo. A rede pública de ensino sofre interferência de novos projetos sociais dirigidos e arquitetados pela classe empresarial, que entram nas escolas reestruturando papéis, redes de ensino, metodologias pedagógicas, dentre outros, deixando para trás um rastro de desconfiança para com o Estado, o qual, por sua vez, tem seu papel reduzido como garantidor e provedor de serviços e políticas públicas. No entanto, o Estado, contraditoriamente, serve a uma agenda neoliberal de mudanças, contribuindo, ele próprio, para que seu papel seja reduzido perante as políticas sociais. O objetivo desse texto é apresentar um recorte da pesquisa “A implementação do Projeto Alumbrar na rede estadual de ensino da Paraíba: implicações para a organização e gestão escolar”, realizada no âmbito do Mestrado Acadêmico em Educação (PPGED) da UFCG. Com a pesquisa, buscamos investigar as implicações do Projeto Alumbrar na organização e gestão das escolas públicas de Ensino Fundamental do Estado da Paraíba entre os anos de 2013 a 2018. No momento, em vista dos limites deste trabalho, nos detemos a um panorama da parceria realizada pelo governo do estado da Paraíba, suas justificativas e delineamento de ações no âmbito da SEE/PB. Inicialmente, contextualizamos as reformas estatais que abriram espaço para a redefinição das fronteiras entre o público e o privado, bem como sobre as estratégias da nova gestão pública e suas implicações para a gestão da “coisa pública”. Assim, apontamos algumas descobertas obtidas através de análise documental inicial do Projeto Alumbrar: o Projeto básico, requisitado pela SEE - Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e a GEEIEF - Gerência Executiva de Educação Infantil e Ensino Fundamental à Fundação Roberto Marinho – FRM, e o Contrato administrativo n.º 201/2013, que esclarece um pouco das configurações do projeto e a Resolução n.º 167/2014 do Conselho Estadual de Educação.

---

### **REFLEXOS DO GOLPE DE 2016 NA ESFERA ESTADUAL E AS MUDANÇAS LEGISLATIVAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO E DA ESCOLA PÚBLICA DE MATO GROSSO**

Marilda de Oliveira Costa

Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT

marildacosta@hotmail.com

Este texto tem por objetivo mapear e analisar as recentes mudanças legislativas na gestão democrática da escola pública de Mato Grosso no contexto de aprofundamento de medidas neoliberais e neoconservadoras no país e no estado. Tais medidas não encontram lugar fértil no Estado democrático e de direito, e, por isso, o autoritarismo revestiu-se de roupagens novas e a narrativa que levou ao “impeachment”, ou golpe de Estado, produziu e ampliou discursos que invocam temas, tais como revisão constitucional (Emenda 95/2016) e reformas trabalhista e previdenciária, em nome do emprego, do crescimento e da estabilidade econômica. Porém, isso não ocorre sem resistência dos segmentos da comunidade escolar da rede estadual de ensino. O governo do estado, Pedro Taques (2015-2018), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), vem promovendo a desconstrução da gestão democrática por meio de um conjunto de medidas legislativas em detrimento de princípios legais constitucionalmente aceitos e materializados no estado pela Lei 7.040/1998 e leis posteriores, como a Lei n.º 8.806, de 10 de janeiro de 2008, e a Lei n.º 10.111, de 06 de junho de 2014, ambas sobre a instituição e a revisão do Plano Estadual de Educação. Ao final, discute-se a relação entre a corrosão do direito à gestão democrática nas escolas públicas do estado e o retorno mais virulento de velhas formas políticas no país.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Gestão democrática. Autoritarismo. Novo Regime Fiscal.

---

## **A GOVERNANÇA FILANTRÓPICA NA INDUÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NAS SECRETARIAS ESTADUAIS DE ENSINO**

Carolina Machado d'Avila  
Unicamp/IFSP Câmpus Boitua  
carol.davila@gmail.com

O projeto de educação integral não é recente. Desde os povos mais antigos, acreditava-se que a educação integral seria a única maneira possível de formação do homem. No Brasil, chega com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, o qual apresenta uma proposta de transformação da educação, considerada conservadora. Após algumas experiências nas décadas anteriores, a educação integral chega ao século XXI fortemente influenciada por instituições não governamentais. Embora não seja um termo novo, a governança agora passa pelas fundações filantrópicas e está cada vez mais presente na sociedade atual, apoiada, principalmente, na crítica ao Estado burocrático, considerado lento e ineficiente. Este trabalho busca identificar e analisar a governança filantrópica e como essa ação se dá na efetivação das políticas de educação integral no ensino médio, implementadas pelas secretarias estaduais de educação do Brasil. Como educação integral, neste artigo será considerada a ampliação da jornada escolar.

Palavras-chave: Educação Integral. Governança. Filantropia

---

## **A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)**

Caio Eduardo Jardim Antonio  
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília  
caioceja@hotmail.com

O artigo buscou analisar os pontos no Plano Nacional de Educação (2014-2024), referentes à Educação Básica, que favoreçam o setor privado em detrimento da educação pública, ou que permitam qualquer modalidade de privatização da educação. O trabalho partiu da ideia do Estado compreendido como espaço de disputa entre interesses de classes e frações de classe. Buscou-se compreender o PNE como produto deste Estado, incorporando em si as contradições destas disputas e o conflito entre publicistas e privatistas. Contou-se com revisão bibliográfica acerca do tema da privatização na educação básica, apresentando algumas das formas pelas quais esta ocorre. Utilizou-se de análise documental das metas e estratégias do PNE ligadas à Educação Básica, identificando os dispositivos e as possibilidades privatistas presentes no texto legal. Os resultados apontaram a incorporação dos interesses privatistas e de possibilidades de privatização em diversas metas e estratégias, mostrando que o setor privado logrou êxito em vários pontos na formulação do Plano, de forma que a luta por uma educação pública, gratuita, universal e de qualidade não se encerra com o PNE.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação. Privatização. Educação Básica.

---

## **O DIRETOR DE ESCOLA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL PAULISTA: LEGISLAÇÃO E O MODELO EMPRESARIAL DE GESTÃO**

Aline Gabriela Anacleto do Nascimento  
Universidade de São Paulo  
alineg.nascimento@hotmail.com

O artigo tem como objetivo analisar a concepção de gestão da rede pública estadual de ensino de São Paulo. Para tanto, valeu-se das orientações trazidas ao diretor na Lei Nº 1256/2015 e na Resolução SE Nº 70/2010. A rede apresenta histórico de investimento na administração escolar em uma perspectiva gerencial, como forma de qualificar a educação básica. Existem estudos que, ao considerar as reformas da educação no estado, identificam orientações de cunho gerencial. Aspecto em destaque nessas alterações é a forma como a administração ou gestão aparece concebida legalmente, ou seja, nos documentos oficiais, alcançando as atribuições e papel do diretor escolar. Diante do exposto almejou-se entender de que forma o diretor é compreendido pela SEESP, por conseguinte, qual a concepção de gestão apresentada pela Secretaria. Utilizou-se como recurso metodológico a Análise de Conteúdo aplicada às legislações Resolução SE Nº 70/2010 e Lei Nº 1256/2015, direcionadas ao diretor de escola. Como resultados obteve-se que a concepção de gestão escolar apresentada pela rede pública estadual de ensino de São Paulo aproximasse da Nova Gestão Pública.

Palavras-chave: Concepção de gestão. Rede Pública Estadual de Ensino de São Paulo. Nova Gestão Pública.

---

## **A ATUAÇÃO DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE NA LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988\***

Camila Martins Posso

Fabiana de Cássia Rodrigues  
Unicamp  
fabicassia@yahoo.com.br

O artigo busca analisar a atuação da Revista Educação & Sociedade nos acontecimentos políticos que permearam os anos de 1978 a 1988. Para tanto, serão consideradas as ideias expressas no conteúdo editorial das edições selecionadas para análise (1 a 31), de modo a mapear o posicionamento do periódico na defesa da educação pública, dando ênfase às discussões que envolveram o capítulo educacional na Constituição Federal (1988), que está completando trinta anos de existência e constituiu processo essencial nos embates pela redemocratização da sociedade, Bem como, dar-se-á enfoque especificamente IV Conferência Brasileira de Educação tendo em vista a importância de sua resolução final, a Carta de Goiânia, como síntese das propostas dos educadores para a nova Constituição.

Palavras-chave: Revista Educação & Sociedade. Redemocratização. Educação Pública.

---

## **MOVIMENTO COLABORA EDUCAÇÃO COMO AGENTE DE INTERESSE EMPRESARIAL EM REDES DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Rodrigo Ferreira Rodrigues  
Universidade Federal do Espírito Santo  
rodrigo.rodrigues@ifes.edu.br

Gilda Cardoso de Araujo  
Universidade Federal do Espírito Santo  
gildaaraujo19@gmail.com

No âmbito das atividades do Grupo de Pesquisa “Federalismo e Políticas Educacionais”, consta a pesquisa em desenvolvimento intitulada “Regulamentação e Implementação do Sistema Nacional de Educação no Brasil: Relações Intergovernamentais para a Garantia do Direito à Educação”, financiada pelo CNPq, cujo objetivo geral é analisar os debates, as proposições e as disputas do processo de regulamentação e implementação do Sistema Nacional de Educação e do regime de colaboração. Considerando o escopo da pesquisa realizada em grupo este trabalho, resultante de projeto de tese, apresenta um recorte para apresentar análises parciais sobre as concepções do Movimento Colabora Educação como a mais recente organização de interesse empresarial no debate sobre a colaboração federativa em matéria educativa no Brasil. A concepção teórico-metodológica para este estudo considera Weber (2002), de modo a compreender o Estado como uma “uma associação compulsória com base territorial”, de agentes e ação social e a concepção metodológica de redes de políticas apresentada por Ball (2014), com as policy networks, redes de ação ativa de modelo gerencial que intervêm no âmbito educacional. Como agente social organizado o MCE pode ser compreendido como porta-voz de uma agenda institucional de classe que influencia materialmente a condução (e indução) das políticas educacionais, lado a lado. Assim consideramos que o problema deixa de ser apenas uma questão federativa, posto que reflete a dinâmica da redefinição do papel do Estado. Sendo assim, este trabalho analisará os diversos interesses nas políticas públicas compreendidas em redes no processo de disputa em torno da colaboração e cooperação interfederativa que influenciam as políticas sociais, em particular as de educação, bem como o papel que o MCE vem desempenhando nesta disputa.

Palavras-chave: Federalismo educacional cooperativo. Regime de colaboração. Movimento Colabora Educação.

---

### **AS IMPLICAÇÕES DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA O FINANCIAMENTO, GESTÃO E TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nayhara Mirelli Moraes da Silva  
PPGEDU/UNEMAT  
nayharamireli@hotmail.com

Marilda de Oliveira Costa  
PPGEDU/UNEMAT  
marildacosta@hotmail.com

A finalidade do presente texto foi analisar os impactos das parcerias público-privadas entre editoras e o poder público municipal de São José dos Quatro Marcos para a gestão, financiamento e trabalho pedagógico na Educação Infantil, no período de 2007 a 2017. A

pesquisa centrou-se num estudo de caso de abordagem qualitativa, cujos mecanismos para a coleta de dados constituíram-se de análise bibliográfica e documental, e, entrevistas semiestruturadas. O campo investigatório ocorreu no município de São José dos Quatro Marcos na rede municipal de ensino. A referida pesquisa considerou as grandes transformações que ocorreram mundialmente em um contexto de crise capitalista e suas influências para a educação e as implicações da Reforma do Estado pós 1990, resultando na implementação de políticas públicas educacionais, antes executadas pelo poder público, e, gradativamente transferidas ao setor privado, mas financiadas pelo Estado, caracterizando assim novas formas de privatização da educação.

Palavras-chave: Parcerias Público-Privadas. Sistema Apostilado de Ensino Privado. Educação Infantil.

### **RAYMOND WILLIAMS E DONALD WINNICOTT: EDUCAÇÃO DE ADULTOS E TERAPIA INFANTIL PARA SOBREVIVENTES DE GUERRA**

Alexandro Henrique Paixão  
FE-Unicamp  
ahpaixao@g.unicamp.br

Na sociologia de Raymond Williams (1921-1988) e na psicanálise de Donald Winnicott (1896-1971), “trincheiras” nascem, respectivamente, graças à prática educativa e medidas terapêuticas. Através dessas ações, espaços “não terrestres” são construídos e o pensamento se forma, se fortalece, se movimenta e aguarda, como uma espécie de instrumento pronto para lidar com os traumas e memórias de guerra, sendo que as ferramentas podem ser a educação de adultos e a terapia por meio do jogo do rabisco (desenho). Sociedades mergulhadas na Segunda Guerra, como a inglesa, viveram intensamente sob ameaça de destruição, o que significa que o medo do colapso era uma realidade. Mas enquanto as batalhas não terminavam, era preciso criar trincheiras através do ensino e da terapia, como uma espécie de nova situação ambiental. Por isso, frações de intelectuais da sociedade britânica decidiram reagir, criando trincheiras para formar e cuidar dos sobreviventes de guerra. Terapia e aprendizado foram fundamentais para isso. Partindo dessas ponderações, este trabalho quer refletir sobre essas situações de crise, agressão e reação provocadas pela guerra à luz da sociologia de Williams e da psicanálise de Winnicott.

Palavras-chave: Raymond Williams. Donald Winnicott. Sobreviventes de Guerra.

---

### **O QUE ESTAMOS CHAMANDO DE REFORMA?**

Sergio Stoco  
Universidade Federal de São Paulo  
sergio.stoco@unifesp.br

A história da educação brasileira é repleta de iniciativa denominadas “reformas”. Geralmente, o estudo destas iniciativas acaba por destacar alterações legislativas das normas educacionais e cria algum conjunto de evidências e hipóteses sobre as diferentes influências que geraram as

mudanças. Retomando uma visão de demanda social por educação, inspirada no trabalho clássico da professora Otaíza Romanelli, o texto fará uma apresentação da atual “reforma do ensino médio” lei 13.145 de 2017, buscando interpretar o texto a partir de uma visão de economia política. Por mais que nossa visão de educadores busque destacar percepções dos desafios educativos presentes nas chamadas reformas (aspectos político pedagógicos), faz-se necessário apresentar um quadro de conjuntura e estrutura que revele dimensões políticas e econômicas do fenômeno que tem gerado a tendência histórica da conservação, o que coloca em questão o uso do termo “reforma”. O trabalho se insere em pesquisa financiada pelo CNPq, que estuda os processos de formulação de políticas educacionais.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Desenvolvimento social. Políticas públicas.

**Eixo 14**  
**EDUCAÇÃO INFANTIL**  
Coord. Bianca Correa

### **ARTE E MOVIMENTO COMO UM DIREITO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Fernanda Theodoro Roveri  
Secretaria Municipal de Educação de Campinas-SP.  
ferdth@yahoo.com.br

Um dos eixos do trabalho na Educação Infantil consiste em reconhecer o corpo como linguagem, lugar da experiência e componente da ação social. As dimensões estéticas na infância, abordadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009), trazem o olhar para a arte como possibilidade de invenção. A escola, em grande parte, prioriza mais a linguagem escrita e a verbal, de tal modo que a riqueza das manifestações expressivas das crianças, como o choro, o movimento, as brincadeiras, o desenho, a música, a dança, dentre outras, são desvalorizadas com a padronização e o apostilamento de atividades. Esse trabalho tem como objetivo analisar as diversas possibilidades de criação e de manifestações infantis em creches e pré-escolas, a partir da narrativa de uma experiência com crianças de uma creche municipal de Campinas-SP. As propostas desenvolvidas na creche possibilitaram a descoberta do movimento, bem como o prazer do desenho e da pintura sem “modelos prontos” e a excessiva interferência, o direcionamento ou a correção dos adultos. Pretende-se contribuir para as discussões em torno do protagonismo infantil e da visibilidade às produções das crianças no espaço da creche, reconhecendo e valorizando as singularidades de seus gestos, pensamentos, falas, movimentos e traçados.

Palavras-chave: Arte. Corpo. Educação infantil.

---

### **O ENLACE EMOCIONAL E OS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Patrícia Fracetto  
FE-UNICAMP/GPPL  
patriciafracetto@gmail.com

A pesquisa de mestrado em andamento se insere na interseção das áreas de Psicologia e Educação, com ênfase no desenvolvimento humano sob uma perspectiva monista,

integradora, materialista e dialética, sobre a fecunda relação entre emoção e imaginação, temática ainda pouco explorada. O objetivo deste texto é discutir a relação entre emoção e imaginação na obra de Vigotski, tomando como foco de análise os processos criadores das crianças, com intuito de apresentar algumas considerações desta perspectiva como alternativa às abordagens e práticas educacionais tradicionais que implicam em uma visão dicotômica no processo de desenvolvimento humano. Trata-se de um recorte da pesquisa em andamento, visando esclarecer as seguintes perguntas: como é concebida a relação entre emoção e imaginação (enlace emocional) nessa perspectiva e em abordagens atuais? Como essas considerações, à luz da abordagem vigotskiana, podem afetar concepções e práticas consideradas mais tradicionais? Espera-se que se ampliem possibilidades para a produção de conhecimento na área, colaborando com subsídios na (re)elaboração de práticas pedagógicas na educação infantil.

Palavras-chave: Emoção. Imaginação. Processos de criação da criança.

---

### **PROFESSORES BRINCANTES: SENTIDOS DO BRINCAR NA FORMAÇÃO INICIAL E PERMANENTE DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Alessandra de Campos e Silva Rosa  
PPGED /UFSCAR – Campus Sorocaba  
alessandra.campos2014@bol.com.br

O brincar, muito mais do que singularidade da infância, é direito e eixo estruturante das práticas na educação infantil preconizadas na Base Nacional Comum Curricular e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Os professores(as) brincantes se tornam parceiros das descobertas infantis, estabelecendo relações inteiras e intensas por meio das brincadeiras. Considerando a reflexão anterior, é necessário para atuar na educação infantil que o professor seja um brincante? Os saberes e fazeres relacionados ao lúdico são importantes na formação inicial e permanente do professor(a) de educação infantil. Quem são os(as) professores(as) formadores(as) brincantes? Como os saberes e fazeres das suas experiências brincantes contribuem para a formação de educadores(as) lúdicos para atuarem na educação infantil? Estes são alguns questionamentos que a pesquisa busca responder. Nesse sentido, a pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado em Educação, na linha 1 – Formação de professores e práticas educativas, tem por objetivo conhecer os saberes e fazeres dos docentes brincantes que atuam na formação de professores(as) da educação infantil. Especificamente, quais são os pressupostos teóricos, práticos e metodológicos que constituem os saberes dos formadores brincantes? A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza a revisão bibliográfica sobre o brincar, a infância e a formação de professores(as) tendo como suporte teórico autores como BATISTA (1998), BARBOSA (2000), CORSARO (2002), KISHIMOTO (2010), LOMBARDI (2005), SARMENTO (2005), NÓVOA (1992), SAVIANNI (2009), TARDIF (2002, 2005), dentre outros. A metodologia que melhor responde aos objetivos propostos para conhecer os saberes e fazeres dos professores(as) brincantes é a narrativa utilizando a entrevista semiestruturada como procedimento técnico. Os relatos compartilhados pelos colaboradores(as) serão analisados de modo a tecer conexões significativas entre as experiências brincantes destes e a formação de professores(as) de educação infantil, revelando seus saberes e fazeres e como se constituíram formadores(as) brincantes. No atual contexto, percebe-se que os espaços e tempos de brincar estão cada vez mais reduzidos frente às demandas de escolarização precoce. Os desafios colocados à vivência do brincar infantil como as mídias por meio de jogos eletrônicos e redes sociais; falta

de espaços públicos pensados para as crianças; violência dentro e fora dos lares; o trabalho infantil, que em algumas regiões ainda prevalecem, etc., tornam o brincar neste cenário um ato de resistência e direito da criança. Tais fatores fazem com que as instituições de educação infantil se tornem espaços privilegiados do brincar, no entanto é preciso considerar que as brincadeiras são mediadas pelas parcerias que se estabelecem entre as crianças e seus pares e entre os adultos. Crianças de todas as épocas e de todos os lugares brincam, e as brincadeiras se tornam um legado que é passado de geração à geração constituindo um repertório lúdico rico e de grande valor cultural, pois entende-se que crianças são produtoras de cultura. No entanto, tem-se percebido que tal riqueza lúdica tem sido esquecida e tais brincadeiras, mesmo em espaços como as creches, têm sido pouco vivenciadas. As brincadeiras precisam ser ensinadas, passadas do domínio adulto para as crianças. Acredita-se que a pesquisa contribuirá significativamente para afirmar o brincar e suas manifestações, especialmente, nas instituições de educação infantil, para que as crianças possam se apropriar dos repertórios lúdicos, que são históricos e sociais e que estão presentes nos modos de brincar de várias gerações, potencializando as experiências infantis de estar no mundo, interagindo, criando, inovando, sentindo e se expressando. Ainda não há resultados a serem apresentados, pois a pesquisa está em desenvolvimento.

Palavras-chave: Infância. Brincar. Formação.

*Eixo 15*

**EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**

Coord. Maria Silvia Librandi da Rocha

### **DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO E ALFABETIZAÇÃO NA ERA DIGITAL: TENSÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDUCAÇÃO**

Maria Carolina Branco Costa  
FE-Unicamp  
ma.carolinabc@gmail.com/

Ana Lucia Horta Nogueira  
FE-Unicamp  
alhnog@unicamp.br

A qualidade da educação básica tem sido discutida por diferentes agentes sociais. Frente à facilidade de acessos às TIC (tecnologias da informação e comunicação) na era digital, indaga-se como o uso de instrumentos técnico-semióticos digitais repercute no desenvolvimento psíquico da criança em processo de alfabetização. A partir deste panorama, objetivou-se investigar as diferentes mediações para a apropriação das ferramentas digitais e quais possibilidades a escola tem neste cenário. Utilizou-se de revisão bibliográfica, sob análise qualitativa, assente na perspectiva da psicologia histórico cultural. A alfabetização enquanto direito social, impacta sobremaneira o desenvolvimento psíquico, social e econômico de sociedades letradas e, enquanto um sistema histórico-culturalmente criado, demanda mediação para ser apropriado. Em uma sociedade cujo múltiplos suportes permitem a interação com as TIC, infere-se que estes acessos incidem qualitativamente no desenvolvimento infantil, contudo, requer mediação interpessoal para ser apropriado amplamente, oferecendo à criança possibilidade de superação da condição passiva neste cenário.

Palavras-chave: Alfabetização. Desenvolvimento. Era Digital.

## **FORMAÇÃO DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM NO CEFET/RJ UNED-NI: NA PERSPECTIVA DE SEUS DISCENTES**

Fernanda Zerbinato Bispo Velasco  
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ UNED-NI.

Neste trabalho realizamos uma discussão sobre a formação do técnico de enfermagem no CEFET/RJ UNED-NI. Destacamos ao longo desse estudo como ocorre a formação desses profissionais em nosso País, e através das falas dos discentes dessa escola pública, levantamos aspectos importantes da formação em saúde na rede pública de ensino. A formação técnica dos alunos dessa Instituição Federal, ocorre através do ensino médio- técnico integrado, esses jovens em suas falas abordam esse tipo de formação, relatam as dificuldades de implantação dessa grade curricular e ressaltam a importância dessa escola pública de qualidade em suas formações. Essa percepção demonstra que o ensino de qualidade pode gerar indivíduos críticos que serão elementos diferenciados junto as suas comunidades. Também debatemos a formação do técnico de enfermagem em uma escola pública, e que esses profissionais poderão integrar o SUS (sistema único de saúde) o maior empregador nesta área, e que essa formação é de extrema importância em um cenário, aonde a maior parte dos profissionais técnicos são formados em Instituições privadas. O objetivo desse trabalho é descrever e contextualizar a formação técnica no CEFET/RJ UNED-NI e a implantação do currículo integrado a partir de análise documental. O material de análise foi coletado por meio de entrevistas com discentes dos três anos do curso técnico de enfermagem, na instituição referida e a análise dos dados foi elaborada seguindo uma abordagem descritivo-exploratória.

Palavras chaves: Educação. Saúde. Formação técnica.

---

## **EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: OLHARES SOBRE O CURSO TÉCNICO SUBSEQUENTE EM MINERAÇÃO DO IFMG – CAMPUS CONGONHAS**

Elza Magela Diniz  
FAE/UEMG  
elzamdiniz@gmail.com

Esta pesquisa em andamento tem como objetivo analisar os fatores que influenciam na evasão dos alunos do Curso Técnico Subsequente em Mineração no IFMG - Campus Congonhas. A opção por esse Curso se justifica em função das altas taxas de evasão que ele tem apresentado num contexto de demandas regionais favoráveis à busca de qualificação profissional na área de formação oferecida. Evasão e retenção são problemas que se destacam na educação brasileira há muitas décadas e, atualmente, no âmbito dos Institutos Federais, tem mobilizado o Governo federal a buscar medidas com vistas a diagnosticar suas causas e propor soluções. Consoante a tais preocupações, nesta pesquisa, realizou-se uma investigação de natureza qualitativa que contou com a aplicação de questionários, entrevistas e pesquisa documental. Os sujeitos da investigação foram os alunos que se encontravam em situação de evasão

escolar no Curso Técnico Subsequente. Os dados foram analisados com base no modelo conceitual de Rumberger e Lim (2008) que destacam a influência de fatores individuais e Institucionais. Resultados parciais nos levam a inferir que a alta taxa de reprovações pode estar contribuindo para a evasão do curso.

Palavras-chave: Educação Profissional. Ensino Técnico de Nível Médio. Evasão.

---

## **POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES TÉCNICOS EM SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES**

Adriana Katia Corrêa

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo-EERP/USP,  
adricor@eerp.usp.br

É fundamental a formação dos trabalhadores técnicos de nível médio se a intenção for fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) como política de Estado. O objetivo deste texto é realizar uma aproximação a alguns aspectos referentes à política de formação de trabalhadores técnicos em saúde no Estado de São Paulo, a partir de documentos analisados, no período de 2010-2016, em perspectiva crítico-dialética. Não há uma política específica voltada à formação dos trabalhadores técnicos em saúde nesse Estado, mas há oferta regular de cursos por instituições pertencentes a diversas entidades administrativas, além da realização de programas gerais que incluem a área da saúde ou programa específico, denotando caráter pontual. Nesses programas, há ênfase nas parcerias público-privado, bem como conceitos que valorizam a lógica de mercado, como capital humano, gestão organizacional e financeira. É possível apontar para um movimento de tensão entre a formação para o mercado e a formação para o SUS.

Palavras-chave: Educação profissional técnica de nível médio. Saúde. Formação.

---

## **TRADUÇÃO DE TERMOS EM INGLÊS COMUMENTE USADOS NO CURSO TÉCNICO EM AQUICULTURA**

Odair Diemer

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)  
odair.diemer@ifms.edu.br

A aquicultura é uma atividade que vem crescendo no Brasil e os resultados de pesquisas, produtos novos e descobertas que compõe sua área tecnológica são veiculadas em Inglês. Entretanto, observa-se uma escassa quantidade de dicionários técnicos que facilite a leitura. Assim, o presente artigo teve como objetivo elaborar um material com termos comumente usados na área de aquicultura e, desse modo, facilitar a leitura de textos em língua inglesa na área específica de carcinicultura. Para tanto, a pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa, utilizando um procedimento baseado em pesquisa bibliográfica feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios de suportes eletrônicos. Foram selecionados dez textos de grande relevância para carcinicultura com descobertas significativas para o desenvolvimento da atividade e, portanto, as leituras são recomendadas para os estudantes e profissionais da área. No total, produziu-se uma lista com cem palavras traduzidas que podem ser usadas como um instrumento de ampliação do vocabulário do estudante e preencher a deficiência em termos de material específico em Inglês.

Palavras-chave: Agronegócio. Carcinicultura. Ensino técnico.

## **CONCEITO DE QUALIDADE DE ENSINO DAS ESCOLAS TÉCNICAS DO CENTRO PAULA SOUZA EM 2018: ANÁLISE DE UM OFÍCIO ORIENTADOR DO PLANEJAMENTO DA GESTÃO EDUCACIONAL**

André Henriques Fernandes Oliveira  
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
andrehfo@gmail.com

Darlan Marcelo Delgado  
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
profdarlandelgado@gmail.com

Neste trabalho, pretende-se apresentar reflexões iniciais realizada em pesquisa de mestrado, em que se analisará as relações das políticas públicas e a gestão escolar. Nesta reflexão, buscou-se verificar o que o Centro Paula Souza deixa entender por qualidade de ensino, através do Ofício Circular 034/2017 – GSE/Geped, que orienta o trabalho dos Coordenadores Pedagógicos e Orientadores Educacionais para o ano de 2018. O enfoque da instrução enviada a esses profissionais é a diminuição da evasão escolar. Foi possível perceber a influências de conceitos da administração privada na gestão pública e possíveis efeitos sobre a formação dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Profissional de Nível Técnico. Gestão Educacional. Qualidade em educação.

---

### **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES DO CAPITAL COM O TRABALHO, PRODUÇÃO E ENSINO TÉCNICO A PARTIR DAS DEMANDAS DO SISTEMA ECONÔMICO**

Eduardo Calsan  
ETEC Júlio de Mesquita-Santo André/SP  
eduardocalsan@uol.com.br

Esta investigação, recorte da tese de doutoramento do autor, traz um breve estudo sobre as relações do capital com o trabalho, a produção e a escola técnica. Sem a intenção de traçar com densidade uma linha do tempo, mostra-se como o ofício foi aos poucos sendo substituído pela técnica por meio da força da produção e do capital e como o ensino técnico permeou essa transformação. Reflete também sobre aspectos que dizem respeito de como o trabalhador é visto pelo capital, ao mesmo tempo, de como se percebe a ponto de evidenciar relações imbricadas e complexas. Percebe-se que o capital degradou o ofício ao longo do tempo, passando a contar com a técnica, desencadeando medidas para explorar o trabalho e o trabalhador, porém desmistifica-se a ideia de que a escola técnica reforça a divisão entre mão e cérebro e que a mesma não amplia a estratificação social, já que serve de instrumento e meio para a transformação da realidade pessoal e social do indivíduo.

Palavras-chave: Ensino técnico. Capitalismo. Relações entre capital e trabalho.

---

## **FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

Guilherme Ramalho Arduini  
IF-SP  
guilherme.arduini@gmail.com

A presente comunicação visa estabelecer algumas características básicas da recente bibliografia produzida acerca da rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – ou, simplesmente, IFs. De caráter exploratório, ela leva em consideração a coleta de mais de uma dezena de trabalhos produzidos nos últimos dez anos, sem a pretensão de ser exaustivo. Apesar do tamanho e da longevidade de algumas de suas instituições principais, a formação da rede ocorreu em 2008 e sua expansão no lustro 2009-2014. Por isso, cabe a pergunta: como a formação e expansão da rede impactam no modo como os docentes enxergam ser a função desempenhada pela instituição e de seu próprio papel nela? Como decorrência da pergunta anterior, quais são os critérios de avaliação (oficiais ou implícitos) de seu trabalho? Pode-se afirmar a existência de dois grandes grupos de interesse nesse conjunto de trabalhos. No primeiro deles o objetivo é compreender a construção da autoimagem do docente em atuação no IF, desde a sua formação inicial até os impactos na prática docente. Aqui, a ênfase é compreender as especificidades do Ensino Profissionalizante e os resultados de algumas escolhas institucionais (integração dos currículos, verticalização do ensino) no modo como o profissional do ensino concebe sua função. O segundo grupo se preocupa com as condições de trabalho docente, na interseção entre a sociologia do trabalho e a sociologia da educação. Eles tendem a definir a constituição da rede sob a égide da precarização e da intensificação do trabalho, razão pela qual assumem uma dimensão crítica.

*Eixo 17*  
**EDUCAÇÃO SUPERIOR**  
Coord. Valdemar Sguissardi

### **FIM DA GRATUIDADE DO ENSINO SUPERIOR: EMBATES E CONVERGÊNCIAS EM TORNO DE UM PRINCÍPIO QUE SE FLEXIBILIZOU**

Lalo Watanabe Minto  
Faculdade de Educação – Unicamp  
lalo@unicamp.br

Nesta comunicação apresentamos e analisamos um conjunto de posicionamentos recentes (2013-2018) em relação ao princípio constitucional da gratuidade do ensino superior em estabelecimentos oficiais. O conjunto de fontes utilizados é variado, abrangendo editoriais da imprensa escrita, entrevistas de sujeitos ligados ao campo educacional, documentos oficiais, propostas legislativas e documentos de entidades de classe ligadas ao ensino superior. Defendemos que essas posições se tornaram mais complexas na atual conjuntura da educação brasileira, especialmente em razão das consequências da crise econômica e da intensificação das reformas institucionais que potencializam os processos de privatização no âmbito das políticas sociais. Nesse contexto, vem se tornando cada vez menos precisa a fronteira existente entre as posições favoráveis e contrárias à gratuidade do ensino.

Palavras-chave: Ensino superior. Gratuidade. Caráter público.

## **O PAPEL DA CAPES NO FOMENTO À PESQUISA NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E ENSINO: CENÁRIO DA CONCESSÃO DE BOLSAS**

Mario Ruela Filho  
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)  
marioruela@uol.com.br

Andreza Barbosa  
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)  
andrezab27@gmail.com

Este trabalho revisa o papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as metas e os objetivos propostos pelos Planos Nacionais para a Pós-Graduação (PNPG 1975/1979, 1982/1985, 1986/1989, 2005/2010, 2011/2020), salientando a preocupação do PNPG 2011-2020 com o desenvolvimento da Educação e a indicação de que a concessão de bolsas tem sido um dos mais importantes elementos das políticas públicas para a pós-graduação (PG) no Brasil. Nesse sentido, este trabalho busca analisar os dados disponibilizados pela agência no que concerne à concessão de bolsas de PG para formação de pesquisadores das subáreas da educação e do ensino. Os resultados mostram que a quantidade de bolsas da CAPES para estas subáreas tem declinado desde 2014 e indicam que as metas do Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) que intentam reduzir as assimetrias da PG e aumentar o número de pesquisadores podem estar comprometidas, em especial para as subáreas da educação e do ensino, afetando, assim as metas que visam o desenvolvimento da Educação Básica.

Palavras-chave: CAPES. Bolsas de estudos. Pós-graduação.

---

## **O USO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS PROCESSOS DE GESTÃO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

Cristiano Dornelas de Andrade  
UFPE  
cda.educ@gmail.com

O presente artigo tematiza a articulação entre a autoavaliação institucional e os processos de planejamento e gestão em Instituições de Educação Superior (IES), apresentando um estudo de revisão sistemática das teses e dissertações defendidas no período de 2004 a 2017, no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Trata-se de parte de uma pesquisa em andamento, realizada no âmbito de um curso de mestrado em educação. O levantamento dos referidos trabalhos acadêmicos foi feito a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, tendo sido encontradas 23 obras que discutem o tema aqui delimitado. Os resultados evidenciaram a importância do tema no campo da avaliação da educação superior, a potência da autoavaliação para impulsionar melhorias nas IES e alguns desafios a serem enfrentados na articulação entre os processos avaliativos e os processos de gestão, ao mesmo tempo em que contribuíram para o propósito da pesquisa mais ampla dentro da qual se situa este esforço de revisão sistemática.

Palavras-chave: SINAES. Autoavaliação institucional. Processos de gestão.

---

## **A DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA NAVAL NA FORMAÇÃO SUPERIOR DA MARINHA: CAMINHOS INICIAIS**

Hercules Guimarães Honorato  
ESG  
hghhhma@gmail.com

O objetivo deste artigo é apresentar ao meio acadêmico como foi construída a disciplina de Introdução à Logística Naval (ILN), que passou a fazer parte do currículo da Escola Naval (EN) a partir de 2016. O estudo é uma pesquisa teórica, de cunho qualitativo, com pesquisas bibliográfica e documental. A pergunta deste estudo: em que medida a Disciplina de ILN contribuirá para uma melhor formação dos Oficiais da Marinha oriundos da EN de acordo com o perfil desejado? O artigo é apresentado em duas seções principais: a primeira trata do marco teórico e dos principais conceitos envolvidos na construção da disciplina, a saber: o currículo; as disciplinas escolares, a Logística, as metodologias ativas e aprendizagem significativa; e a segunda seção apresenta a disciplina, sua ementa, suas metodologias de ensino e avaliação. A conclusão não é fácil, quando pretendemos incluir uma disciplina em uma matriz acadêmica superior e militar, caracterizada por um ensino tradicional e tecnicista, de aprendizagem mecânica e com foco no docente. Os caminhos iniciais, contudo, foram abertos para uma formação em que os discentes se tornassem sujeitos ativos da própria aprendizagem e sintonizados também com o tempo em que estamos vivendo.

Palavras-chave: Currículo. Ensino Superior Militar. Introdução à Logística Naval.

---

## **POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO DA VALORIZAÇÃO DOCENTE**

Maria Vieira Silva  
FACED/UFU  
mvs@ufu.br

Leonice Matilde Richter  
ICHPO/UFU  
leonice@ufu.br

O texto tem como propósito analisar as proposições presentes nas políticas para formação inicial dos profissionais da educação ensejadas pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme Parecer 2/2015 e Resolução CNE/CP 2/2015. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, desenvolveremos reflexões sobre os principais contributos deste dispositivo legal, como também apresentaremos análises de algumas limitações que podem implicar em distorções e lacunas no processo de sua materialização no âmbito dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciaturas. As análises levarão em consideração conexões com a conjuntura atual em que medidas e programas propostas pela esfera governamental confrontam as próprias Diretrizes; ambivalências e tensões no debate sobre o binômio teoria-prática e inconsistências epistêmicas na prevalência do praticismo presente na formação dos profissionais da educação.

Palavras-chaves: Políticas de Formação de Profissionais da Educação. Diretrizes Curriculares. Educação Superior.

---

## **POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO DA VALORIZAÇÃO DOCENTE**

Leonice Matilde Richter  
ICHPO/UFU

O texto tem como propósito analisar as proposições presentes nas políticas para formação inicial dos profissionais da educação ensejadas pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme Parecer 2/2015 e Resolução CNE/CP 2/2015. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, desenvolveremos reflexões sobre os principais contributos deste dispositivo legal, como também apresentaremos análises de algumas limitações que podem implicar em distorções e lacunas no processo de sua materialização no âmbito dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciaturas. As análises levarão em consideração conexões com a conjuntura atual em que medidas e programas propostas pela esfera governamental confrontam as próprias Diretrizes; ambivalências e tensões no debate sobre o binômio teoria-prática e inconsistências epistêmicas na prevalência do praticismo presente na formação dos profissionais da educação.

Palavras-chaves: Políticas de Formação de Profissionais da Educação. Diretrizes Curriculares. Educação Superior.

## **ÍNDICE DE AUTORES - COMUNICAÇÕES**

<b>EIXO 1 - DIREITO À EDUCAÇÃO E OS LIMITES À SUA GARANTIA</b>	<b>26</b>
CRISTIANE MACHADO	26
IRACEMA SANTOS DO NASCIMENTO	26
<b>EIXO 2 - DIREITO À EDUCAÇÃO E DIREITO À APRENDIZAGEM</b>	<b>27</b>
DÉBORA DAINEZ	27
ADRIANA LIA FRISZMAN DE LAPLANE	27
DENISE DE ALMEIDA OSTLER	27
<b>EIXO 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS: UNIVERSAIS E FOCALIZADAS</b>	<b>28</b>
DESIRÉ LUCIANE DOMINSCHER	28
FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA	28
CILEDIA DOS SANTOS SANT'ANNA PERRELLA	29
UÉRICA ARAUJO	29
MICILANE ARAÚJO	29
JAMERSON SILVA	29
EDSON FERREIRA ALVES	30
VIVIANE CARDOSO DA SILVA	30
MAISA DOS SANTOS FARIAS	31
EDIMA VERÔNICA DE MORAIS	31
CÍCERA MARIA DO NASCIMENTO	31
MAISA DOS SANTOS FARIAS	31
REGINA TEREZA CESTARI DE OLIVEIRA	32
VANUSA RUAS FREIRE VIANA	32
RUBENS BARBOSA DE CAMARGO	32
<b>EIXO 4 - EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES</b>	<b>33</b>
ELISANGELA MARIA PEREIRA	33
RODRIGO HISSASHI TSUZUKI	33
SHIRLEY SILVA	33

<b>EIXO 5 - EDUCAÇÃO RURAL, EDUCAÇÃO DE ADULTOS, GÊNERO E ETNIA COMO NOVAS FORMAS DE INCLUSÃO / EXCLUSÃO</b>	<b>34</b>
ADEL FERREIRA CAMPOS JÚNIOR	34
NADIA BIGARELLA	34
<b>EIXO 6 - TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO</b>	<b>35</b>
EDIMA VERÔNICA DE MORAIS	35
CÍCERA MARIA DO NASCIMENTO	35
JOÃO BATISTA SILVA DOS SANTOS	35
RUBENS BARBOSA DE CAMARGO	35
<b>EIXO 7 - EDUCAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO HUMANA E A PREPARAÇÃO PARA O MERCADO</b>	<b>36</b>
ÉVELIN ZANELATTO BORDIN	36
ROSEMARY LOPES SOARES DA SILVA	36
MARISE NOGUEIRA RAMOS	36
KATHARINE NINIVE PINTO SILVA	37
JAMERSON ANTONIO DE ALMEIDA DA SILVA	37
RAPHAEL BUENO BERNARDO DA SILVA	37
ADDA DANIELA LIMA FIGUEIREDO ECHALAR	38
CLAUDIA HELENA DOS SANTOS ARAÚJO	38
JHONNY DAVID ECHALAR	38
JOANA PEIXOTO	38
JOÃO FRANCISCO LOPES DE LIMA	39
SOLANO R. DOS SANTOS	39
CLÁUDIO A. FERNANDES	39
<b>EIXO 8 - HUMANIZAÇÃO E MERCADORIZAÇÃO: TENSÕES NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO</b>	<b>40</b>
NADIA BIGARELLA	40
RANUCY CAMPOS MARÇAL DA CRUZ	40
JULIO ANTONIO MORETO	41
RODRIGO SOARES GUIMARÃES RODRIGUES	41

<b>EIXO 9 - EDUCAÇÃO, AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E CONTROLE</b>	<b>42</b>
OCIMAR MUNHOZ ALAVARSE	42
PAULO HENRIQUE ARCAS	42
MARIA HELENA DE AGUIAR BRAVO	42
RAÍSSA DE OLIVEIRA CHAPPAZ	42
CLADAIR CÂNDIDA GOMES	43
RUTH PAVAN	43
ALINE MANFIO	43
ADRIANA VARANI	44
DIRCE ZAN	44
LUCIANE GRANDIN	44
<b>EIXO 10 - MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO</b>	<b>44</b>
VINÍCIUS DE OLIVEIRA BEZERRA	44
SILVIA HELENA ANDRADE DE BRITO	44
<b>EIXO 11 - O PÚBLICO E O PRIVADO NA RELAÇÃO ESTADO E EDUCAÇÃO</b>	<b>45</b>
CASSIA DOMICIANO	45
ALINE DIONIZIO LEAL	45
ANTÔNIO LISBOA LEITÃO DE SOUZA	45
MARILDA DE OLIVEIRA COSTA	46
CAROLINA MACHADO D´AVILA	47
CAIO EDUARDO JARDIM ANTONIO	47
ALINE GABRIELA ANACLETO DO NASCIMENTO	48
CAMILA MARTINS POSSO	48
FABIANA DE CÁSSIA RODRIGUES	48
RODRIGO FERREIRA RODRIGUES	49
GILDA CARDOSO DE ARAUJO	49
NAYHARA MIRELLI MORAES DA SILVA	49
MARILDA DE OLIVEIRA COSTA	49
<b>EIXO 12 - EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>	<b>50</b>
ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO	50
SERGIO STOCO	50

<b>EIXO 14 - EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>51</b>
FERNANDA THEODORO ROVERI	51
PATRÍCIA FRACETTO	51
ALESSANDRA DE CAMPOS E SILVA ROSA	52
<b>EIXO 15 - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL</b>	<b>53</b>
MARIA CAROLINA BRANCO COSTA	53
ANA LUCIA HORTA NOGUEIRA	53
<b>EIXO 16 - ENSINO MÉDIO TÉCNICO PROFISSIONAL</b>	<b>54</b>
FERNANDA ZERBINATO BISPO VELASCO	54
ELZA MAGELA DINIZ	54
ADRIANA KATIA CORRÊA	55
ODAIR DIEMER	55
ANDRÉ HENRIQUES FERNANDES OLIVEIRA	56
DARLAN MARCELO DELGADO	56
EDUARDO CALSAN	56
GUILHERME RAMALHO ARDUINI	57
<b>EIXO 17 - EDUCAÇÃO SUPERIOR</b>	<b>57</b>
LALO WATANABE MINTO	57
MARIO RUELA FILHO	58
ANDREZA BARBOSA	58
CRISTIANO DORNELAS DE ANDRADE	58
HERCULES GUIMARÃES HONORATO	59
MARIA VIEIRA SILVA	59
LEONICE MATILDE RICHTER	59
LEONICE MATILDE RICHTER	60